

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FAGNER LEANDRO DE SOUZA

**AS MUDANÇAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS POR REFLEXO DO
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED**

CRICIÚMA JULHO 2013

FAGNER LEANDRO DE SOUZA

**AS MUDANÇAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS POR REFLEXO DO
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED**

Trabalho de Projeto Conclusão de curso apresentado para obtenção do título de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Especialista Everton Perin.

CRICIÚMA JULHO 2013

FAGNER LEANDRO DE SOUZA

**AS MUDANÇAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS POR REFLEXO DO
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED**

Trabalho de Projeto Conclusão de curso apresentado para obtenção do título de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Especialista Everton Perin

Criciúma

BANCA EXAMINADORA

Dedico esta monografia primeiramente a Deus por sempre me guiar ao caminho do bem. Aos meus pais Amilton e Lurdes por me apoiarem e incentivarem a buscar meus objetivos por mais difíceis que sejam.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta monografia me proporcionou a realização de um grande objetivo alcançado, são nos desafios mais difíceis que mostramos onde está nossa força e capacidade de superação, acredito que esta monografia me fez buscar meu melhor, e observar que sempre podemos ser mais que pensamos ser.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pois em momentos difíceis consegui superar com sua ajuda as dificuldades encontradas, e não desistir de meus sonhos.

O meu agradecimento especial a minha mãe Lurdes um exemplo de fé e foco para alcançar seus sonhos que me incentivou muito em meus estudos. Ao meu pai Amilton, um homem simples porém de um conhecimento e coração enormes, que sempre me mostrou o caminho certo das coisas e com certeza contribuiu muito para tornar a pessoa que sou hoje. Ao meu irmão Fabio por demonstrar sempre que está comigo, independentemente das circunstâncias.

Dentre todo o período acadêmico, conheci muitas pessoas, que se tornaram grandes amigos. Gostaria de agradecer a todos, pois esses anos serão eternos, valeu Douglas, Wanderlei, Maicon, Carlos, grandes colegas que tenho a certeza que a amizade será levada para o resto de nossas vidas. Além dos colegas alguns professores serão sempre lembrados pela amizade adquirida além do conhecimento transmitido, a estes meu obrigado, Giassi, Moises, Sergio, Fafa, Schueroff, Possoli, Garcia e Pagani.

A meus colegas de trabalho e também grandes amigos da Domínio Sistemas, que possibilitaram meu crescimento profissional, e pessoal, Cleverson, Roberto, Michael e Marcondes.

Ao pessoal da contabilidade da Prefeitura Municipal de Criciúma que fizeram parte de minha vida profissional abrindo as portas para minha carreira e se tornando grandes amigos, Chico, Jacson, Paulinho, Paulinha, Joanita e Bernadete.

A meu orientador, Everton Perin 'Tche', um excepcional professor que se tornou um valioso amigo para o resto da vida, obrigado pela sabedoria transmitida pelos conselhos e pela amizade.

Enfim, sem estas pessoas dentre outras que não foram citadas, eu não seria o que sou hoje, só tenho a agradecer a cada um pelo apoio e por sempre estarem ao meu lado, cada um de vocês faz parte da minha vida e levarei vocês

comigo para sempre.

“O tamanho de um desafio não deve ser medido pelos seus limites impostos, e sim, pela capacidade do homem de enfrentá-lo.”

Leonard Cebin

RESUMO

SOUZA, Fagner. **As mudanças nas organizações contábeis por reflexo do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital**. 2013. 87 p. Orientador: Prof. Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Criciúma – SC.

O sistema tributário do Brasil é considerado altamente complexo, ao ponto que constantemente o fisco formula novos procedimentos de fiscalização para atualizar os métodos de controle já existentes e reduzir a sonegação fiscal. Contudo o governo necessitando de um acompanhamento mais detalhado das operações das empresas, instituiu a Escrituração Digital através do projeto SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. Esta sistemática de escrituração gera contemporâneos desafios para as empresas, visto que aumentou-se as obrigações e os controles efetuados foram modernizados. Nas organizações contábeis, quanto ao processo de adaptação, é de suma importância que busquem conhecimento e atualização constantemente, haja visto a velocidade nas alterações da legislação sobre o assunto. A pesquisa de campo visa identificar e analisar junto aos profissionais de organizações contábeis da AMREC, as alterações, e principais dificuldades após a implantação do SPED. Por meio de análise dos dados da pesquisa, constatou-se que, os respondentes encontram dificuldades com a implantação do SPED. Diante disto, Melhorias no âmbito das organizações e dos clientes quanto a operacionalização do SPED são essenciais para adaptação a nova sistemática.

Palavras Chave – Sistema Tributário Nacional , SPED, reflexos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Projetos do SPED.....	22
Figura 02 – Empresas piloto do SPED.....	26
Figura 03 – Mecanica de funcionamento do FCONT	35
Figura 04 – Fluxo de um CT-e	42
Figura 05 – Ilustração do T-REX	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Membros que participaram do projeto SPED.....	23
Quadro 02 – Entidades que participaram do projeto SPED.....	24
Quadro 03 – Processamento NF-e.....	38
Quadro 04 – Funções do PVA	47
Quadro 05 – Características dos municípios da AMREC	50
Quadro 06 – Projetos do SPED que os clientes estão obrigados a entregar	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Perfil tributário dos clientes nas organizações contábeis	59
Tabela 02 – Percepção do participantes sobre o SPED	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa etária	52
Gráfico 02 – Gênero dos participantes	53
Gráfico 03 – Formação Acadêmica	54
Gráfico 04 – Tempo de atuação no mercado.....	55
Gráfico 05 – Relação entre experiência profissional e idade por gênero	55
Gráfico 06 – Quantidade de funcionários	56
Gráfico 07 – Atualização dos conhecimentos.....	57
Gráfico 08 – Qualificação dos clientes	58
Gráfico 09 – Carteira de clientes nas organizações contábeis.....	59
Gráfico 10 – Obrigatoriedade do SPED nos clientes.....	61
Gráfico 11 – Transtornos na implantação do SPED nos clientes	62
Gráfico 12 – Dificuldades com as informações dos clientes.....	64
Gráfico 13 – Valorização dos profissionais.....	65
Gráfico 14 – Valorização profissional em relação ao tamanho da organização	66
Gráfico 15 – Investimento em TI.....	67
Gráfico 16 – Utilização do canal de atendimento da RFB	68
Gráfico 17 – Sugestões de melhoria para o SPED	69
Gráfico 18 – Projeto do SPED mais complexo	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC – Associação dos Municípios da Região de Criciúma
Art - Artigo
CFOP – Código Fiscal de Operação e Prestações
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CST – Código de Situação Tributária
CTN – Código Tributário Nacional
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DIPJ – Declaração de Informações Econômicas – Fiscais da Pessoa Jurídica
DOU – Diário Oficial da União
ECD – Escrituração Contábil Digital
EFD – Escrituração Fiscal Digital
ENCAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários
FENACON – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas
FCONT - Controle Fiscal Contábil de Transição
ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
ICP – Brasil – Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras
IN – Instrução Normativa
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
LALUR- Livro de apuração do Lucro Real
MP – Medida Provisória
NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIS/PASEP – Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PVA – Programa Validador e Assinador

RFB – Receita Federal do Brasil

RTT – Regime Tributário de Transição

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SINIEF – Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

SRF – Secretaria da Receita Federal

TI – Tecnologia da Informação

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 TEMA E PROBLEMA	17
1.2 OBJETIVOS GERAIS.....	18
1.3 JUSTIFICATIVA.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL	20
2.1.1 Objetivos do SPED.....	26
2.1.2 Usuários do SPED	28
2.1.3 Escrituração Contábil Digital – ECD	28
2.1.4 Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS.....	30
2.1.5 Escrituração Fiscal Digital - EFD CONTRIBUIÇÕES	31
2.1.6 Escrituração Digital FCONT.....	34
2.1.7 Nota Fiscal Eletrônica NF-e	36
2.1.8 Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e.....	39
2.1.9 Livro de apuração do lucro real e–LALUR	40
2.1.10 Central de Balanços	40
2.1.11 Escrituração Fiscal Digital – EFD Social	41
2.1.12 Conhecimento de transporte eletrônico CT-e.....	41
2.2 CERTIFICAÇÕES DIGITAIS	43
2.3 T- REX E SISTEMA HARPIA.....	44
2.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	45
2.5 PROGRAMA VALIDADOR PVA	46
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	48
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLOGICO.....	48
4. DESCRIÇÃO DE ANÁLISE DOS DADOS	50
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DA AMREC	50
4.1.1 População	50
4.1.2 Instrumento e procedimentos de coleta de dados	51
4.1.3 Tratamento dos dados	51
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	51

4.2.1 Faixa etária do profissional	52
4.2.2 O gênero do participante	53
4.2.3 Perfil do profissional quanto à formação acadêmica.....	53
4.2.4 Tempo de atuação dos profissionais na área contábil	54
4.2.5 A quantidade de funcionários das organizações contábeis.....	56
4.2.6 A atualização dos profissionais quanto às mudanças.....	57
4.2.7 Qualificação profissional dos clientes	58
4.2.8 Carteira de clientes em números	59
4.2.9 Perfil tributário dos clientes	59
4.2.10 Dos clientes ativos, quantos estão obrigados a entrega do SPED.....	60
4.2.11 Principais dificuldades no processo de implantação do SPED nos clientes.....	62
4.2.12 Obrigatoriedade quanto aos projetos do SPED	63
4.2.13 As principais dificuldades encontradas pelas informações prestadas dos clientes.....	63
4.2.14 A valorização da classe contábil.....	64
4.2.15 Investimento em tecnologia da informação.....	66
4.2.16 Utilização do canal de comunicação da Receita Federal do Brasil	67
4.2.17 Aperfeiçoamento dos projetos do SPED.....	68
4.2.18 O projeto do SPED mais complexo.....	69
4.2.19 Principais benefícios do SPED.....	70
4.2.20 Análise Geral do Resultado	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
Referências Bibliográficas	76
APÊNCIDE.....	79

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Tributário Nacional constantemente passa por mudanças na forma de fiscalização dos contribuintes, sendo adotados novos métodos de fiscalização para o controle dos tributos, dentre eles o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

O presente estudo busca evidenciar quais os reflexos nas rotinas de trabalho das organizações contábeis, em função da obrigatoriedade de transmissão de dados ao Sistema Público de Escrituração Digital.

Inicialmente discorre-se com uma introdução sobre implantação do SPED e seus projetos adjacentes que o englobam, a certificação digital, bem como, os programas validadores da RFB, ferramentas de fiscalização da RFB e sobre as mudanças nas rotinas de trabalho.

Também apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração da presente pesquisa.

Por fim, inicia-se o estudo do tema com a obtenção de informações legais e opiniões de organizações contábeis que trabalham com o SPED para que a pesquisa possibilite demonstrar as dificuldades e desafios com esta nova sistemática de entrega de obrigações acessórias.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A implantação pelo Fisco do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital gerou grande transformação na gestão das empresas. Os impactos do SPED acontecem na gestão empresarial, nos processos de controles internos e adequação a nova forma de trabalho requerida.

As exigências do fisco com o contribuinte em manter atualizado sobre suas atividades fiscais e contábeis, faz com que as empresas procurem elaborar rotinas, processos e buscar ferramentas de auxílio para cumprir a entrega de suas obrigações acessórias dentro dos prazos legais, sem informações incompletas, omissas e inexatas.

Entre as preocupações do contribuinte, está a necessidade de manter de forma digital a escrituração da empresa bem como outras documentações para atender a legislação pertinente.

Diante disso, o setor responsável pela escrituração tem obrigação de manter atualizados os registros, conforme a movimentação da empresa. Caso a escrituração esteja atrasada e o contribuinte não consiga atualizar a mesma em tempo, corre-se o risco de receber multas previstas na legislação tributária.

O Fisco implantou o SPED com propósito de aprimorar os controles das movimentações contábeis e fiscais de seus contribuintes, aumentando assim a fiscalização, e conseqüentemente coibindo a sonegação fiscal. A implementação do SPED obriga as empresas a mudarem suas rotinas, ajustar a forma como trabalham e até alterar as ferramentas de trabalho. Pois, uma vez que o sistema utilizado não seja capaz de gerar os arquivos necessários, o trabalho deve ser realizado manualmente, o que se torna inviável diante da quantidade de informações que uma empresa possa ser obrigada a entregar.

Com base nas organizações contábeis que devem gerar as obrigações acessórias ao SPED, procurar-se-á responder a seguinte questão: Quais reflexos o SPED gera nas rotinas de trabalho das organizações contábeis que fazem a transmissão dos dados ao fisco para seus clientes?

1.2 OBJETIVOS GERAIS

O objetivo geral deste trabalho visa demonstrar os reflexos que as organizações contábeis da região da AMREC sofreram para entrega das obrigações acessórias dos seus clientes, após a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital.

Os objetivos específicos consistem em:

- Descrever o processo de implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED conceituando seus projetos, sistemas e ferramentas de fiscalização.
- Levantar dados através de uma pesquisa de campo junto a profissionais das organizações contábeis para verificar o perfil dos profissionais que atuam na operacionalização do SPED.

- Demonstrar os resultados obtidos sobre os reflexos do SPED observados pelos profissionais das organizações contábeis baseado nos dados da pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa tem relevância, visto que demonstra os reflexos e impactos do SPED nas rotinas e forma de trabalho utilizados nas organizações contábeis.

Diante das dificuldades, as organizações podem tomar decisões equivocadas, como por exemplo, não registrar operações corretamente por receio da implacável fiscalização, ou pela falta de qualificação para gerar as informações corretamente em tempo hábil.

A oportunidade da pesquisa dá-se ao fato de que no cenário fiscal, o SPED consolida-se como principal ferramenta utilizada pelo fisco para o controle das informações das empresas, sendo válido um estudo das mudanças que o SPED causa dentro de uma organização contábil nas formas de trabalho, e também nas penalidades previstas pela legislação por procedimentos incorretos.

É possível a realização deste estudo, com base nos materiais de pesquisa, sendo estes, a legislação pertinente ao SPED, artigos, revistas, livros que abordam o tema, desde o projeto inicial até sua implementação e abrangência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo a seguir demonstra através de fundamentos teóricos o tema pesquisado, apresentando características do surgimento da contabilidade e do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, tais como sua obrigatoriedade, conceito e importância para o Sistema Tributário Nacional. Além disso, demonstram-se quais as exigências que o SPED solicita ao contribuinte, bem como os controles que o Fisco mantém na fiscalização das informações recebidas.

2.1 SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Com o avanço da tecnologia e o aumento das informações que o fisco deve controlar, o processo atual do cumprimento das obrigações acessórias entregues pelos contribuintes aos órgãos fiscalizadores foi modernizado para garantir que o controle das informações seja mais seguro e transparente.

Um problema que está presente há muito tempo na sociedade e que o governo busca soluções para inibir, é a sonegação fiscal. Com o intuito de reduzir a sonegação e criar controles mais eficazes e modernos sobre as informações prestadas pelos contribuintes foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

O surgimento do SPED é citado por Young (2009 p.13):

o SPED começou a ser desenvolvido no governo Fernando Henrique Cardoso, com a edição da lei 9.989/00 – Plano Plurianual que contemplava o Programa de Modernização das Administrações Tributárias e Aduaneiras. Desde então, uma série de leis, portarias e convênios vem sendo editadas pelas administrações federais e estaduais, visando suportar as alterações necessárias para que o SPED passe a vigorar efetivamente.

Após a edição da lei, o governo começa a formular o projeto do SPED com constantes alterações na legislação, investimentos em ferramentas de controle e sistemas de última geração, para possibilitar a implantação do SPED em âmbito nacional.

Uma alteração importante na legislação para a continuidade da implantação do projeto SPED, foi a Emenda Constitucional nº 42, de dezembro de 2003, que definiu que todas as administrações tributárias, sendo elas a União, os Estados, Distrito federal e Municípios devem trabalhar de formas integradas, compartilhando dados e informações fiscais (RFB, 2013).

Logo após a Emenda na Constituição Federal, foi publicado o Decreto nº 6.022, de janeiro de 2007, que criou o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Este por sua vez que fez parte do PAC¹ - Programa de Aceleração do Crescimento do governo (RFB, 2013). Com a criação do SPED, observou-se a intenção do Fisco em modernizar a forma de controle dos tributos, haja vista que os mecanismos até a época não eram mais tão eficazes.

De acordo com o art. 2º do Decreto 6.022/07 a definição para o SPED é a seguinte:

o SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresariais, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

A unificação mencionada no projeto visa alocar para o fisco um ambiente que contenha todos dados do contribuinte, tornando o processo de fiscalização mais rápido e eficaz por estarem disponíveis em um único ambiente de dados.

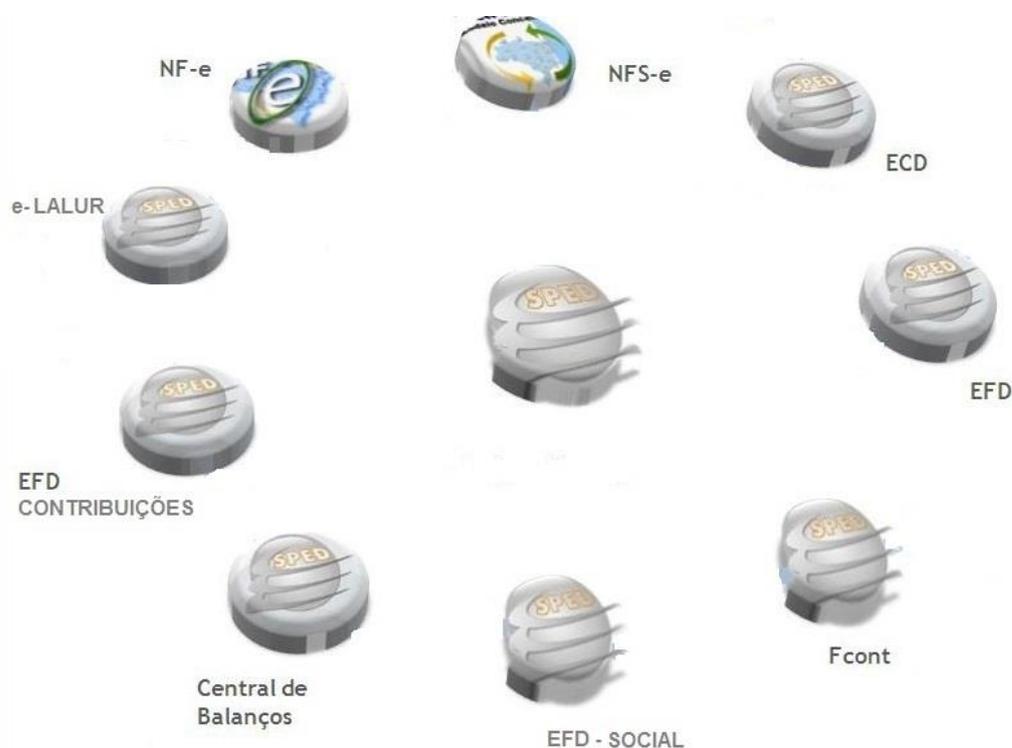
Com a implantação do SPED os procedimentos atuais para elaboração e entrega das obrigações acessórias ao fisco serão parcialmente substituídos por arquivos digitais. Como colocam Azevedo e Mariano (2009, p. 37), “nesse projeto, mais que uma alteração da forma de cumprimento das obrigações, há a alteração da “cultura” do “papel”, presente em nossa sociedade, pela utilização de arquivos digitais”. Esta troca moderniza todo o processo de fiscalização, pois percebe-se o uso da tecnologia a serviço do fisco como meio de ferramenta indispensável de fiscalização.

¹ Teve sua criação em 2007, é um programa do governo federal brasileiro que promoveu o planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística, e energética no Brasil. Ministério do Planejamento (2013).

Com a entrega dos arquivos de forma digital, a assinatura também deve ser digital, para isso utiliza-se um certificado digital que faz a assinatura do documento eletrônico e garante a validade jurídica digital (RFB, 2013). Logo nota-se que a validação dos arquivos de forma digital mantém a mesma responsabilidade da assinatura em punho, o que obriga no envio dos arquivos veracidade de informações.

O SPED é um projeto macro de fiscalização de informações, que se divide em áreas específicas conforme elenca a RFB 2013 na figura a seguir:

Figura 01 - Projetos do SPED



Fonte: RFB – Adaptado pelo autor

Os projetos do SPED são implantados e colocados em funcionamento conforme necessidade do Fisco, para criação dos projetos a Receita Federal do Brasil faz parceria com órgãos, instituições e empresas piloto (RFB 2013).

Entre os membros que tornaram possível a criação do SPED a RFB 2013 elenca através do quadro abaixo:

Quadro 01 – Membros que participaram do projeto SPED

Membros	Logo	Histórico
ABRASF		<p>Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF) surgiu com o intuito de aperfeiçoar a gestão financeira e tributária dos municípios, desenvolvendo atividades de pesquisa, estudos e projetos voltados para o seguimento.</p>
BANCO CENTRAL DO BRASIL		<p>Em dezembro de 1964 é instituída a Lei nº 4.595, criando o Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que iniciou suas atividades em março de 1965.</p>
CVM		<p>A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país.</p>
ENCAT		<p>Fórum de discussão dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT), foi realizada uma Reunião Técnica do ENAT/ENCAT, em São Paulo-SP, em 27 de abril de 2005</p>
RECEITA FEDERAL DO BRASIL		<p>1968 - Foi criada a Secretaria da Receita Federal, instituída pelo Decreto 63.659/68, em substituição à antiga Direção-Geral da Fazenda Nacional, como fruto das reformas do período 65/67, que adaptaram a administração tributária ao rápido crescimento econômico vivenciado pelo País</p>
SECRETARIAS DA FAZENDA		<p>Subdivisões da Receita Federal do Brasil criadas em cada estado para desmembramento e extensão da Receita Federal.</p>
SUFRAMA		<p>A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras.</p>

<p>SUSEP</p>		<p>A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966</p>
---------------------	---	---

Fonte – RFB – Adaptado pelo autor

A Receita Federal do Brasil (2013) cita as entidades que contribuíram para o SPED ser criado, tais entidades colaboraram com o projeto de acordo com suas competências:

Quadro 02 – Entidades que participaram do projeto SPED

Entidades	Logo	Histórico
<p>ANTT</p>		<p>A ANTT foi criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso através da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre</p>
<p>ABRASCA</p>		<p>A ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas – é uma associação civil, sem finalidade lucrativa, fundada em setembro de 1971 para sustentar as posições das companhias abertas junto aos centros de decisão, à opinião pública e, em especial, ao mercado de capitais.</p>
<p>ABECS</p>		<p>A abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) apoia e atua no mercado de cartões desde 1971 para um desenvolvimento sustentável do setor.</p>
<p>ABBC</p>		<p>Fundada em 1983, a ABBC – Associação Brasileira de Bancos – surgiu para contribuir com o Sistema Financeiro Nacional, e dessa forma, gerar benefícios a seus associados e à sociedade em geral, agindo no sentido de colaborar no desenvolvimento econômico sustentável do Brasil.</p>
<p>ANBIMA</p>		<p>Representa as instituições que atuam no mercado de capitais brasileiro.</p>

ANFAVEA		A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)-Brasil, fundada em 15 de maio de 1956, reúne empresas fabricantes de autoveículos e máquinas agrícolas automotrizes com instalações industriais no Brasil.
CFC		O Conselho Federal de Contabilidade, criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, é uma Autarquia Especial Corporativa, dotado de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 960/03.
FEBRABAN		A FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos - é a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro. Foi fundada em 1967, na cidade de São Paulo, com o compromisso de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.
FENACON		O ano era 1991. A necessidade constatada por empresários do setor de serviços de se ter uma entidade que os representasse nacionalmente fez nascer a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas - Fenacon.
FENAINFO		A FENAINFO - Federação das Empresas de Informática, é uma Entidade representativa de grau superior, fundada em 1990, vinculada à CNS – Confederação Nacional de Serviços, com sede estabelecida na cidade do Rio de Janeiro/RJ
JUCEMG		No ano de 1893, foi instituída pela Lei nº 51 a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, com sede em Ouro Preto.

Fonte – RFB – Adaptado pelo autor

Além dos membros e entidades que participaram para criação do SPED, como ambiente de testes, a Receita Federal do Brasil (2013) ainda destaca as empresas piloto que participaram:

Figura 02 – Empresas piloto do SPED



Fonte: RFB – Adaptado pelo autor

O SPED é um projeto que necessitou da parceria de várias empresas, órgãos e entidades do governo, onde foram realizados estudos, que contaram com a participação de todos para a implantação do projeto ser possível.

2.1.1 Objetivos do SPED

O Sistema Público de Escrituração Digital foi implantado e estudado pela Receita Federal do Brasil para atender aos interesses do governo RFB (2013).

Segundo a Receita Federal do Brasil (2013) o SPED tem como objetivos:

- Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.

- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Conforme destacado pela RFB, a padronização das informações dos contribuintes permite ao fisco melhoria nos controles, cruzamento de informações e identificação mais rápida de fraudes tributárias. O contribuinte deve tomar ainda mais cuidado nas informações prestadas, visto que o controle do fisco com a implantação do SPED ficou mais rigoroso e inteligente. Nessa ótica, Azevedo e Mariano (2009, p. 39) afirmam que:

com a implantação do SPED, respeitadas as restrições constitucionais e legais, essas esferas de governo, poderão consultar numa única fonte todas as informações necessárias, dentro de um leiaute estruturado e capaz de fazer cruzamentos que apontam mais rapidamente inconsistências e o contribuinte poderá, gerando um arquivo padronizado, cumprindo suas obrigações acessórias.

Para a implantação do SPED, foram analisados os possíveis benefícios, dentre eles a RFB (2013) destaca como os principais:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do “Custo Brasil”;

- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

O Sistema Público de Escrituração Digital contemplou várias melhorias para o fisco e para os contribuintes, pois a geração das obrigações acessórias de forma digital aperfeiçoa o trabalho de ambas às partes por ser um método que utiliza a tecnologia em seu favor, além da questão ambiental com a redução de uso de papel.

2.1.2 Usuários do SPED

No projeto SPED tem-se como principais usuários conforme Art.3º do Decreto nº 6.022 de 2007:

I - a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e

III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das sociedades empresárias.

O acesso às informações contidas no SPED contempla regras para uso, Young (2009, p. 20) destaca que este acesso fica restringido as competências de cada entidade garantindo o sigilo comercial fiscal e bancário, e este acesso também fica disponível aos empresários e sociedades empresárias sobre suas informações prestadas ao SPED.

2.1.3 Escrituração Contábil Digital – ECD

A Escrituração Contábil Digital - ECD, também chamada como SPED Contábil, é a substituição dos livros da escrituração mercantil em papel para a forma digital (RFB, 2013). A visão de Oliveira (2011, p. 161) quanto a ECD é “[...] um complemento do SPED. Para que o governo tenha acesso as informações contábeis da empresa.”. Em uma visão geral sobre a escrituração contábil digital sua utilidade

primária consiste em informar ao fisco sobre todas as movimentações contábeis de uma empresa.

A Escrituração Contábil Digital foi criada pela IN RFB N° 787, de 19 de Novembro de 2007:

Art. 1º Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.
Parágrafo único. A ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

A mesma instrução normativa da Receita Federal do Brasil define que a ECD abrangerá em arquivo digital os seguintes livros:

I - livro Diário e seus auxiliares se houver;
II - livro Razão e seus auxiliares se houver;
III - livro Balancetes Diários Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

A sistemática de funcionamento do SPED Contábil segundo a RFB, 2013 consiste em quando a empresa gerar os arquivos através de sistema próprio no formato exigido pela IN RFB N° 787 submeter este arquivo a validação no programa validador do SPED Contábil, fazer a assinatura digital do arquivo, transmitir para o SPED Contábil onde será processado. Young (2009 p. 21) descreve o funcionamento do SPED destacando que a partir do seu sistema de contabilidade o empresário deverá gerar um arquivo digital no formato exigido pela Receita Federal que deverá ser transportado para o programa validador e assinador fornecido pelo SPED, onde será feita a validação do arquivo quanto ao seu leiaute e posteriormente enviado ao SPED.

Pelo fato de cada empresa ter um plano de contas diferente, a Receita Federal criou um plano de contas referencial para que o usuário faça a relação de qual conta do seu plano reflete o plano de contas do SPED. Tal plano de contas está em anexo ao Ato Declaratório Executivo Cofis nº 33, de 6 de maio de 2013 que instituiu no seu art. 1º Manual de Orientação do Leiaute do SPED Contábil (ECD).

Conforme a instrução normativa N° 787/2007 “A ECD será transmitida anualmente ao SPED até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração.” Sobre a punição de não enviar a RFB

Oliveira (2011 p. 169) comenta que não entregar a ECD dentro do prazo gera ao empresário multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês calendário ou fração de mês.

A obrigatoriedade da entrega da ECD de acordo com Young (2009 p.23):

De acordo com o art. 3º da IN 787/07, alterado pela IN RFB 926/09, ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto 6.022, de 2007:

- I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real;
- II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Quanto a dispensa, as demais empresas não necessitam fazer a entrega da ECD conforme IN RFB nº 926/2009.

2.1.4 Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS

A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital que será gerado unicamente pelos contribuintes, sendo integrada por um conjunto de escriturações fiscais das operações de entradas e saídas realizadas e de outras informações exigidas pelo fisco das unidades federativas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Também é abrangida a apuração dos impostos dos contribuintes. Sendo necessária assinatura digital e transmissão, via internet, ao SPED (RFB, 2013). Para Young (2009) a EFD é um bloco de documentos fiscais que fazem parte do interesse dos fiscos e das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal.

A escrituração fiscal digital foi criada pelo convenio ICMS 143/2006 que define a EFD em:

Um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

O SPED fiscal gera informações de interesse de todos os fiscos estaduais por demonstrar as operações interestaduais onde o controle da escrituração é cruzado entre contribuintes para facilitar a detecção de fraudes e erros cometidos.

O fisco instituiu a EFD com objetivo da troca de obrigações acessórias em papel pela forma digital. De acordo com o Ajuste SINIEF 02, de 26 de março de 2010, a Escrituração Fiscal Digital objetiva a substituição da emissão dos livros:

- I - Livro Registro de Entradas;
- II - Livro Registro de Saídas;
- III - Livro Registro de Inventário;
- IV - Livro Registro de Apuração do IPI;
- V - Livro Registro de Apuração do ICMS;
- VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP - modelos "C" ou "D".

A obrigatoriedade da entrega será conforme Protocolo ICMS 3, de 1º de Abril de 2011 “[...] a partir 1º de janeiro de 2012, podendo ser antecipada a critério de cada Unidade federada”. Visto o protocolo a EFD atualmente é obrigatória para todos estados da federação, e os contribuintes devem estar preparados para geração e envio dos arquivos digitais conforme legislação.

De acordo com a RFB, (2013) a periodicidade de entrega é mensal, Oliveira (2011) complementa afirmando que a entrega deve ser efetuada dentro do prazo estabelecido pela legislação de cada unidade federada e da RFB.

A EFD pode ser vista como a mais complexa se comparada com os outros projetos do SPED, visto que sua abrangência impacta sobre a totalidade dos contribuintes exceto os do regime do simples nacional (Oliveira, 2011).

Pela quantidade de informações que a EFD ICMS abrange, Oliveira (2011) cita que obrigações acessórias podem em breve ser dispensadas pelo fisco pela redundância de informações mensais prestadas, tais obrigações que geram esta expectativa são a GIA, livros da escrita fiscal, Sintegra, informações do IPI na DIPJ e PER/DCOMP.

2.1.5 Escrituração Fiscal Digital - EFD CONTRIBUIÇÕES

Escrituração Digital Fiscal Contribuições - EFD PIS/COFINS é um projeto do Sistema Público de Escrituração Digital que abrange as operações com os impostos PIS e COFINS (RFB, 2013). Oliveira (2011) comenta que para a EFD PIS/COFINS deverão ser prestadas informações sobre operações realizadas pela

pessoa jurídica que tenham incidência das contribuições sociais, dos créditos das retenções na fonte e das deduções.

A EFD do PIS e COFINS foi instituída pela Instrução Normativa da RFB nº 1.052, de 05 de Julho de 2010, em seu artigo 1º, com a seguinte redação:

Art. 1º Fica Instituída a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – (EFD-PIS/COFINS), para fins fiscais, de acordo com o disposto nesta instrução normativa.

Em Maio de 2012 houve uma alteração na EFD PIS e COFINS trocando seu nome para EFD Contribuições incidentes sobre a Receita, conforme a Instrução Normativa da RFB nº 1.252 como cita em seu Art. 2º:

A Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - (EFD-55 PIS/Cofins), instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010, passa a denominar-se Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições), a qual obedecerá ao disposto na presente Instrução Normativa, devendo ser observada pelos contribuintes da:

- I - Contribuição para o PIS/Pasep;
- II - Cofins; e
- III - Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

A partir da instrução normativa citada, além das exigências com relação a apuração das contribuições PIS/Pasep e COFINS, será necessário também declarar as informações a respeito da Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita Bruta (RFB 2013).

A Receita Federal do Brasil (2013) define a escrituração Fiscal digital das contribuições como:

Trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade.

A EFD Contribuições tem características parecidas com a EFD ICMS e a ECD, sendo que sua abrangência trata das contribuições de PIS e COFINS. Segundo a lei 12.456/2011 nos artigos. 7º e 8º:

a EFD-Contribuições passou a contemplar também a escrituração digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, incidente nos setores de serviços e indústrias, no auferimento de receitas referentes aos serviços e produtos nela relacionados.

Segundo a RFB, (2013) “O arquivo da EFD-Contribuições deverá ser validado, assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED.” Tendo as mesmas características de outros projetos já existentes. A IN RFB 1.252/2012 define a obrigatoriedade da EFD contribuições como sendo:

I - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

II - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;

III - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

IV - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011;

V - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.

Ainda sobre a obrigatoriedade, as empresas do lucro real, estão obrigadas a apresentação da EFD contribuições a partir de 2012, a não apresentação conforme a Instrução Normativa 1.252/2012 “no prazo fixado no art. 7º acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração”.

O funcionamento da EFD contribuições é detalhado pela RFB, (2013) do seguinte modo:

A partir de sua base de dados, a pessoa jurídica deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, informando todos os documentos fiscais e demais operações com repercussão no campo de incidência das contribuições sociais e dos créditos da não-cumulatividade, bem como da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, referentes a cada período de apuração das respectivas contribuições. Este arquivo deverá ser submetido

à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA EFD-Contribuições) fornecido na página do Sped e da RFB.

O funcionamento, a sistemática e o método de controle em modo geral, segue os mesmos princípios de outros projetos do SPED, a diferença é a área de atuação da EFD contribuições.

2.1.6 Escrituração Digital FCONT

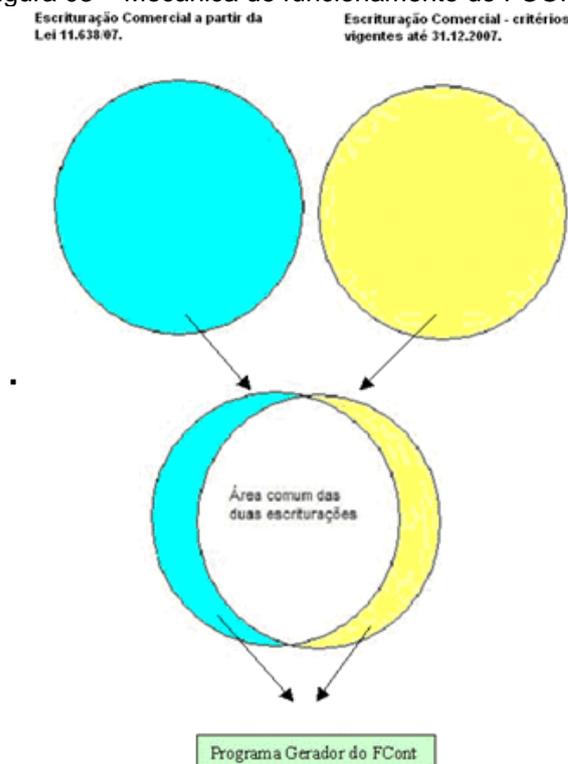
O Controle Fiscal Contábil de Transição - FCONT surgiu através da Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009, que além de instituir o FCONT, regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT)².

O FCONT surgiu da necessidade da escrituração das partidas dobradas e das contas patrimoniais considerando métodos e critérios vigentes até 31/12/2007 segundo a Receita Federal do Brasil 2013.

A forma de contabilização dos lançamentos pela legislação antiga, e pela nova legislação, é demonstrada graficamente pela Receita Federal do Brasil (2013) através da figura a seguir:

²RTT – A Lei no 11.941, de 27 de maio de 2009, instituiu o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do Lucro Real, que trata dos ajustes tributários decorrentes de novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei no 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 desta Lei.

Figura 03 – Mecânica de funcionamento do FCONT



Fonte: Receita Federal do Brasil (2013)

De acordo com a RFB 2013 os lançamentos a serem informados para o FCONT são os que:

- efetuados na escrituração comercial, não devam ser considerados para fins de apuração do resultado com base na legislação vigente em 31.12.2007. Ou seja, os lançamentos que existem na escrituração comercial, mas que devem ser expurgados para remover os reflexos das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009, que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- não efetuados na escrituração comercial, mas que devam ser incluídos para fins de apuração do resultado com base na legislação vigente em 31.12.2007.

O funcionamento do SPED FCONT é detalhado pela Receita Federal do Brasil (2013):

A empresa deverá apresentar os lançamentos da contabilidade societária que foram efetuados utilizando os novos critérios introduzidos pela Lei 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei 11.941/09;

Em relação a estes mesmos lançamentos contábeis, a empresa deverá efetuar os lançamentos utilizando os métodos e critérios contábeis aplicáveis à legislação tributária;

As diferenças apuradas entre as duas metodologias comporão ajuste específico a ser efetuado no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).

Para estas operações, a empresa apresentará arquivo digital em leiaute semelhante da Escrituração Contábil Digital. Este arquivo constituirá parte da entrada de dados da escrituração de controle fiscal contábil de transição - FCONT. A outra parte é a própria escrituração comercial da empresa.

Quanto a obrigatoriedade da entrega do FCONT a Instrução Normativa RFB nº 1.139, de 28 de março de 2011 no seu art. 2º que altera o art. 8º § 4º da Instrução Normativa RFB Nº 949, de 16 de junho de 2009 define que:

A elaboração do FCONT é obrigatória, mesmo no caso de não existir lançamento com base em métodos e critérios diferentes daqueles prescritos pela legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, nos termos do art. 2º.

Com isso, os contribuintes obrigados à entrega do FCONT, na apuração do lucro real devem observar os ajustes constantes na IN nº 949/09, para anular o efeito dos novos métodos e critérios contábeis no reconhecimento de receita, custos e despesas instituídos pela lei 11.638/07 e arts. 37 e 38 da lei 11.941/09.

2.1.7 Nota Fiscal Eletrônica NF-e

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) faz parte do projeto SPED, e foi instituída pelo Ajuste SINIEF 07/05. Suas regulamentações técnicas foram definidas, inicialmente, pelo Ato COTEPE 72/05, de 20 de dezembro de 2005.

De acordo com o § 1º do Ajuste SINIEF 07/05 a definição para a NF-e é a seguinte:

Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

No Ajuste SINIEF 07/05 também é destacado, em sua Cláusula Primeira, sobre os contribuintes que tem a possibilidade de emitir a NF-e em substituição às

notas fiscais utilizadas:

Cláusula primeira. Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, que poderá ser utilizada pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em substituição:

I - à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A;

II - à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4.

A troca da nota fiscal em papel pelo método eletrônico traz benefícios a sociedade segundo Young (2009 p.154), pois reduz o consumo de papel, incentiva o comércio eletrônico, padroniza os relacionamentos eletrônicos entre empresa, fazendo com que sua utilização seja necessária para o crescimento econômico sustentável.

O processamento de uma NF-e ocorre quando, o contribuinte solicita seu cadastramento como emissor de NF-e junto a Secretaria da Fazenda. Após a etapa de cadastramento, o mesmo inicia o envio de notas eletrônicas em ambiente de teste. Com o término da fase de teste, o contribuinte receberá um código habilitando a emissão da NF-e. (Young, 2009).

De forma sintética, Azevedo e Mariano (2009) descrevem processamento da nota fiscal eletrônica através da ilustração abaixo:

Quadro 03: Processamento NF-e

a)	a empresa emissora de NF-e gera um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial e o assina digitalmente, de maneira garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor.
b)	o arquivo eletrônico, que corresponderá à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), será transmitido pela <i>internet</i> para a Secretaria da Fazenda de jurisdição do contribuinte;
c)	a Sefaz recebe o arquivo e devolve um protocolo de recebimento;
d)	a Sefaz faz uma pré-validação do arquivo verificando da assinatura digital, a consistência do esquema XML, se o emitente está regular perante o Fisco e se não há duplicidade de número e série do documento fiscal;
e)	autorizado o uso da NF-e, a Sefaz devolverá um protocolo de Autorização de Uso, sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria;
f)	a Sefaz enviará o arquivo à Secretaria Receita Federal, que será repositório nacional de todas as NF-e emitidas (Ambiente Nacional).
g)	a Receita Federal em caso de operação interestadual enviará para a Secretaria de Fazenda de destino da operação e Suframa, no caso mercadorias destinadas às áreas incentivadas;
h)	com a autorização de uso, a mercadoria pode ser transportada para o destino, circulando com o Danfe (Documento Auxiliar da Nota Fiscal eletrônica);
i)	Recebida a mercadoria, o destinatário deve escriturar a NF-e, conforme arquivo enviado pelo emitente ou pelo Danfe, se o destinatário não estiver obrigado a emitir 100% de NF-e.

Fonte: Azevedo e Mariano (2009, p. 40).

O processo de utilização da NF-e facilita a escrituração, torna o processo de geração mais rápido, e garante a confiabilidade dos dados contidos no Danfe visto que sua validação obrigatoriamente passa pelos órgãos competentes. Com isso a transição de método de geração de uma nota fiscal, traz de fato benefícios aos usuários (RFB 2013).

A Receita Federal do Brasil (2013) comenta que o projeto da NF-e traz os seguintes benefícios aos envolvidos:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas Administrações Tributárias devido ao compartilhamento das informações das NF-e;
- Rapidez no acesso às informações;
- Eliminação do papel;
- Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações.

Por tais motivos é evidente que a utilização da NF-e em ambiente

nacional traz consigo melhorias que não podiam ser efetuadas com a emissão da nota fiscal em papel.

2.1.8 Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e

A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica NFS-e foi instituída pelo Protocolo de Cooperação ENAT Nº 2/2007 que designou a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação do projeto à Receita Federal do Brasil e a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais ABRASF (RFB 2013).

A RFB (2013) define que a NFS-e é um documento digital, que é emitido e armazenado de forma eletrônica no ambiente nacional da RFB, pela prefeitura ou outras entidades conveniadas, para documentar as operações de prestação de serviço.

A NFS-e tem seu processo de funcionamento detalhado pela Receita Federal do Brasil (2013) onde, para sua geração são utilizados serviços automatizados disponibilizados aos contribuintes, para a geração ser efetuada os dados passam por uma validação, caso estejam dentro dos padrões definidos é gerado o documento. Young (2009) explana que com o intuito de solucionar os problemas de contingência foi criado o Recibo Provisório de Serviço RPS, este documento de posse e responsabilidade do contribuinte deve ser convertido em NFS-e pelo prazo estipulado pela legislação tributária municipal.

Uma Nota Fiscal Eletrônica de Serviços não pode ser alteada caso alguma informação constante na mesma esteja incorreta, para isso o usuário pode solicitar cancelamento ou substituição da mesma Young (2009). A nota fiscal eletrônica de serviços substitui a nota em papel e possibilita ao fisco que as informações de serviços dos contribuintes fiquem armazenadas em ambiente nacional para acesso das administrações tributárias (RFB, 2013).

2.1.9 Livro de apuração do lucro real e-LALUR

A receita federal do Brasil está desenvolvendo o Livro de Apuração do Lucro Real em forma digital, como parte integrante do projeto SPED. Seu objetivo é liquidar a redundância de informações existentes na escrituração contábil no Lalur e na Declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica – DIPJ, assim simplificando o cumprimento desta obrigação acessória Young (2009 p. 280).

A Receita Federal do Brasil (2013) informa que no Programa Gerador de Escrituração - PGE, o contribuinte terá como ferramentas funcionais:

- Digitação das adições, exclusões e compensações;
- Importação de arquivo com as exclusões e compensações;
- Importação de arquivo de informações contábeis da ECD;
- Importação de saldos da parte B do período anterior;
- Calculo dos tributos;
- Verificação de pendências;
- Assinatura do livro;
- Transmissão pela internet;
- Visualização.

Segundo a Receita Federal do Brasil (2013), o e-LALUR possui as características de rastrear informações e uma coerência aritmética dos saldos da parte B. Características estas que trarão ao e-LALUR um poder de cruzamento de informações eficiente para o fisco.

O projeto do e-LALUR ainda está em elaboração, e conta com a participação da RFB, o CFC, Fenacon, contribuintes, e outras entidades.

2.1.10 Central de Balanços

A Central de Balanços é parte integrante do projeto SPED, e está em fase inicial. Conforme pronuncia a Receita Federal do Brasil (2013), este projeto deverá reunir demonstrativos contábeis e uma série de informações econômico-financeiras públicas das empresas envolvidas no projeto.

O objetivo da central de balanços é a captação de informações contábeis e financeiras e disponibilização destas informações a sociedade RFB (2013).

Com a publicação dos dados, a RFB (2013) destaca que será possível a formação de estatísticas, análises nacionais e internacionais contábeis e financeiras que serão utilizadas pelos setores econômicos.

2.1.11 Escrituração Fiscal Digital – EFD Social

A Escrituração Fiscal Digital da Folha está em fase de análises e estudos pela Receita Federal do Brasil e nos demais entes públicos interessados RFB, (2013). A Receita Federal do Brasil (2013) define que o objetivo deste projeto é contemplar a escrituração da folha de pagamento das organizações e, posteriormente, o livro de registros dos empregados.

Observa-se, portanto, que a EFD, engloba não somente a escrituração contábil e fiscal, no projeto do SPED, mas também informações sociais referente a folha de pagamento de funcionários dos contribuintes.

2.1.12 Conhecimento de transporte eletrônico CT-e

O conceito do conhecimento de transporte eletrônico CT-e segundo a RFB (2013):

Podemos conceituar o Conhecimento de Transporte Eletrônico como sendo um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma prestação de serviço de transporte de cargas realizada por qualquer modal (Rodoviário, Aéreo, Ferroviário, Aquaviário e Dutoviário). “

Sua implantação nacional surgiu com o ajuste SINIEF 09/07 de 25/10/2007 que traz na sua cláusula primeira a seguinte redação:

Fica instituído o Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e, modelo 57, que poderá ser utilizado pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em substituição aos seguintes documentos:

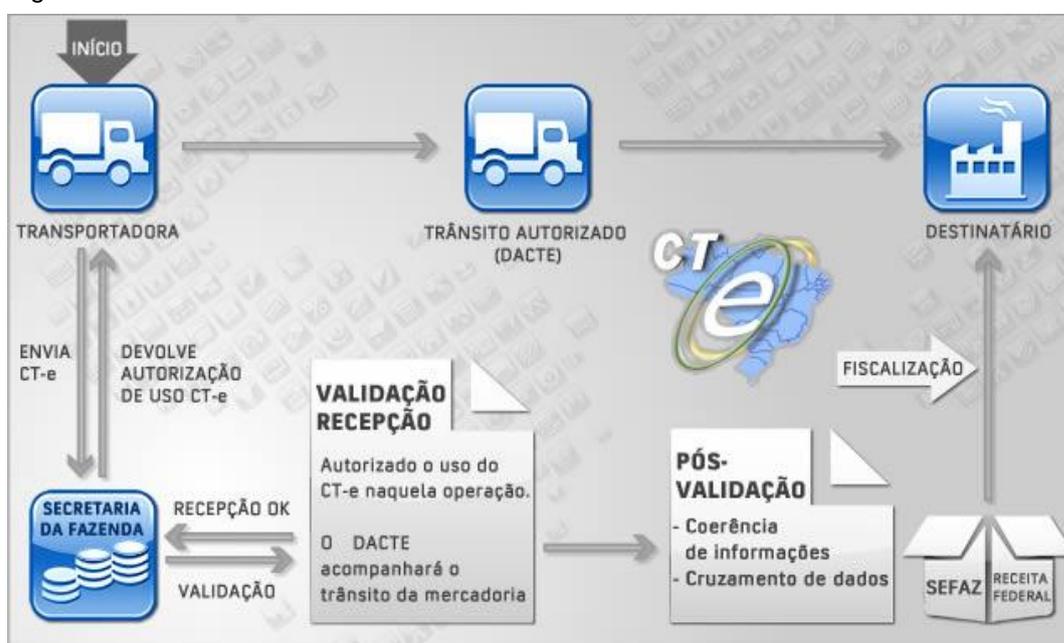
- I - Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- II - Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;

- III - Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- IV - Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- VI - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

Com o CT-e os documentos em papel são substituídos pela forma digital, assim as operações de transporte de cargas também passam a adotar a nova sistemática conforme objetivo do SPED, (RFB, 2013).

De forma sintética uma representação gráfica do fluxo de CT-e:

Figura 04: Fluxo de um CT-e



Fonte: <http://www.centraldecargas.com.br/portal/index.php/ct-e.html>

O funcionamento de um CT-e é exemplificado por Young (2009) começando quando a Secretária de Fazenda Estadual disponibiliza para consulta para o tomador de serviço e outros interessados que possuam a chave de acesso do documento eletrônico, este documento é transmitido para a Receita Federal do Brasil que é o repositório de todos os CT-es emitidos, as Secretarias de Fazenda de início da prestação do serviço e do tomador de serviço.

Com a função de acobertar a prestação de serviço será impresso um documento chamado DACTE Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico, que tem função de acompanhar a prestação de serviço de transporte de

mercadorias, coletar a firma do destinatário e tomador para comprovação de entrega das mercadorias e auxiliar a escrituração do CT-e para tomadores de serviços não emissores de documentos fiscais eletrônicos, Young (2009).

2.2 CERTIFICAÇÕES DIGITAIS

A certificação digital foi criada por meio da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, a medida instituiu a Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP-Brasil. O certificado digital, conforme art. 1º da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serve:

[...] Para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Um certificado digital garante a integridade das informações geradas e define responsabilidades a quem assina o documento, garantindo que a pessoa que o utiliza tenha ciência que é de sua responsabilidade as informações prestadas (ITI 2013).

A assinatura manual foi trocada pela assinatura digital na utilização da identificação do remetente em ambiente virtual. A forma digital de assinatura garante maior segurança nas operações do remetente garantindo responsabilidade pelos dados prestados.

Segundo o ITI, (2013), o Certificado Digital funciona como:

uma carteira de identidade virtual que permite a identificação segura do autor de uma mensagem ou transação feita nos meios virtuais, como a rede mundial de computadores - Internet. Tecnicamente, o certificado é um documento eletrônico que por meio de procedimentos lógicos e matemáticos asseguraram a integridade das informações e a autoria das transações.

O documento eletrônico depois de gerado é assinado por uma terceira entidade confiável, denominada Autoridade Certificadora. Seguindo regras definidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, que associa uma parte (pessoa, processo, servidor) a um par de chaves criptográficas. Os certificados possuem os dados do

titular de acordo com o detalhamento na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora (ITI, 2013).

Os certificados, de acordo com Rodrigues et al (2011, p.39), “na prática, o certificado digital funciona como uma carteira de identidade virtual que permite a identificação segura do autor de uma mensagem ou transação feita nos meios virtuais, como a rede mundial de computadores – Internet.”

Os benefícios quanto a segurança por uso de um certificado digital são a confidencialidade, que garante que somente as pessoas que estão dentro do processo poderão ter acesso aos dados transmitidos de maneira eletrônica pela rede, a integridade visto que o conteúdo enviado ou buscado não será alterado pelo tráfego na rede, autenticação por garantir a identidade de todos envolvidos na comunicação e o não repúdio, visto que o emissor de um dado não poderá negar autoria dos dados enviados (Young 2009).

Portanto segundo os autores, pode-se observar que um certificado digital, tem a mesma validade de uma assinatura manual, e sua adoção no Brasil contribui para ampliar a segurança das informações assinadas e transmitidas.

2.3 T- REX E SISTEMA HARPIA

Como ferramenta de operação de última geração a Receita Federal do Brasil fez uma grande aquisição para implantação do projeto SPED, o T-Rex. O T-Rex é um supercomputador que foi desenvolvido nos Estados Unidos pela empresa IBM e tem este nome em alusão ao dinossauro mais devastador que habitou a terra o Tiranossauro Rex. O T-Rex foi colocado em uso em janeiro de 2006, sua capacidade de processamento de informações garante o cruzamento de dados de um número de contribuintes equivalente ao Brasil, Alemanha e Estados Unidos (SERPRO 2013).

Seu peso é de aproximadamente uma tonelada levou cerca de seis meses para ser construído e está instalado no SERPRO – Serviço Federal de processamento de dados (SERPRO 2013). Abaixo uma figura ilustrando o supercomputador T-REX utilizado para fiscalização da Receita Federal do Brasil:

Figura 05: Ilustração do T-rex



Fonte: <http://www.computerweekly.com/blogs/cwdn/Sequiuiosa.jpg>

Como *Software* para utilização no supercomputador da Receita Federal do Brasil, foi desenvolvido por engenheiros do ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica e da Unicamp, o Harpia que leva o nome da ave de rapina mais rápida no país. Este sistema será utilizado para integrar as bases de dados da Receita Federal e outras fontes como as secretarias da fazendas dos estados (SERPRO 2013).

2.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Com a virtualização das informações, os sistemas de informação estão cada vez mais, sendo utilizados pelas empresas como ferramentas de trabalho.

Sem a informática os processos de escrituração seriam de forma diferente do atual. Oliveira (1997 p.12) destaca que hoje a escrituração é feita digitalmente através de máquinas, e estas são as principais ferramentas de trabalho utilizadas pelas empresas. O uso de máquinas foi um grande salto para o crescimento da contabilidade, pois o mesmo autor afirma que os métodos antigos consistiam em

registros a mão, o que hoje seria inviável haja vista a quantidade de informações necessárias a serem geradas e gravadas nas empresas.

Os sistemas integrados para a profissão do contador são muito importantes conforme afirmam Moscové, Simkin e Bagranof (2002, p. 22) “os SICs são um tipo especial de sistema de informações sobre processos e eventos de negócios que afetam a organização”. Com a ótica dos autores, fica evidente que os sistemas interferem positivamente nas empresas maximizando a eficiência nas empresas.

Quanto a sua utilização nas empresas os mesmos autores afirmam que um sistema de informações trabalha na parte de coletar, armazenar, processar e distribuir informações. Analisando as exigências do SPED os sistemas de informações funcionam como um auxiliador das empresas visto que coleta os dados de entradas e gera nas saídas às informações exigidas pelo fisco em seus projetos, facilitando o trabalho das empresas.

2.5 PROGRAMA VALIDADOR PVA

A Receita Federal do Brasil disponibiliza um programa chamado de PVA “Programa Validador e Assinador” que será o sistema utilizado para o envio das informações fiscais e contábeis da empresa (RFB 2013). A empresa deverá gerar um arquivo em seu sistema de escrituração. O arquivo criado será então submetido a validação no Programa Validador e Assinador PVA onde será feita a verificação da estrutura se está apta para entrega, (RFB, 2013).

Após importação, de acordo com a RFB (2013) o arquivo poderá ser visualizado no próprio Programa Validador, com possibilidades de pesquisa de registros ou relatórios das informações.

O programa também possui as seguintes funções: digitação, alteração, assinatura digital, transmissão do arquivo, exclusão de arquivos, geração de cópia de segurança e sua restauração Receita Federal do Brasil, (2013). O programa validador está disponível no sítio da Receita Federal do Brasil na internet possuindo as seguintes funcionalidades:

- Importar o arquivo com o leiaute definido pela RFB;

- Validar o conteúdo da escrituração e indicar dos erros e avisos;
- Editar via digitação os registros criados ou importados;
- Emissão de relatórios da escrituração;
- Geração do arquivo da EFD Contribuições para assinatura e transmissão ao Sped;
- Assinar o arquivo gerado por certificado digital;
- Comandar a transmissão do arquivo ao Sped.

Na quadro abaixo é demonstrado as funções do PVA:

Quadro 04 - Funções do Programa PVA

	Importar Nova Escrituração: Esta função permite importar um arquivo digital no leiaute estabelecido.
	Abrir Escrituração: Esta função permite abrir um arquivo digital previamente importado.
	Verificar Pendências da Escrituração: Esta função permite verificar pendências num arquivo digital que estiver no estado 'Em edição'.
	Gerar Arquivo de Escrituração para Entrega: Esta função permite gerar arquivo pronto para transmissão a partir de uma escrituração que estiver no estado 'Validado'.
	Editar Escrituração: Esta função permite editar (digitar dados) num arquivo digital previamente aberto.
	Fechar Escrituração: Esta função permite fechar o arquivo digital em uso.
	Assinar Escrituração: Esta função permite assinar a escrituração que já esteja pronta para transmissão.
	Excluir Assinatura da Escrituração: Esta função permite excluir a assinatura de uma escrituração assinada.
	Transmitir Escrituração: Essa função permite transmitir a escrituração.
	Consultar Situação da Escrituração no Sped: Esta função permite consultar a situação da escrituração na base de dados do SPED.
	Excluir Escrituração: Esta função permite excluir determinada escrituração da base de dados do sistema.
	Gerar cópia de Segurança: Permite gerar cópia de segurança de escriturações que constem na base de dados do sistema.
	Restaurar Cópia de Segurança: Permite restaurar escriturações por meio de um arquivo de cópia de segurança gerado anteriormente pelo sistema.
	Sair: Permite sair do programa SPED

Fonte – SPED

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, será demonstrado o tipo de pesquisa metodológica, os processos usados para a coleta de dados para elaboração do projeto e as possíveis limitações de pesquisa previstas.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLOGICO

Para a elaboração desta monografia é fundamental definir os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, Segundo Andrade (2005, p. 119), pesquisa é o “conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.” Outro conceito conforme Cervo e Bervian (1996, p. 44) salienta que a “pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos. A pesquisa parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução.”

Referente aos procedimentos será utilizada a pesquisa bibliográfica que para Oliveira (1997, p. 119), “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.”

Nesta monografia também será adotada uma pesquisa através de questionário durante o primeiro semestre de 2013, buscando dados junto aos profissionais que atuam nas organizações contábeis e que devem se adaptar ao Sistema Público de Escrituração Digital. A pesquisa irá demonstrar uma opinião sobre o assunto e quais as dificuldades encontradas em sua adaptação de forma qualitativa.

As pesquisas qualitativas segundo Vianna (2001, p. 122) são:

na pesquisa qualitativa você analisará cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações, causas, efeitos, consequências, opiniões, significados, categorias e outros aspectos considerados necessários à compreensão da realidade estudada e que, geralmente envolve múltiplos aspectos.

Com isto, o levantamento das respostas pode ser analisado e confrontado

possibilitando trazer o resultado de quais são os reflexos dos profissionais quanto a implantação do SPED.

4. DESCRIÇÃO DE ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será apresentado a caracterização dos Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Região Carbonífera de Santa Catarina – AMREC, e o perfil dos participantes do questionário.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DA AMREC

A associação dos Municípios da Região Carbonífera de Santa Catarina (AMREC) possui 12 (doze) Municípios, integrantes que são Içara, Criciúma, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Urussanga, Forquilha, Cocal do Sul, Treviso, e Orleans, e Balneário Rincão.

No quadro 05 demonstram-se os principais dados dos municípios que compõem a AMREC.

Quadro 05: Características dos municípios da AMREC

Município	Fundação	Área km²	População
Bal. Rincão	2003		11.396
Cocal do Sul	1991	71,21	15.376
Criciúma	1925	235,63	195.614
Forquilha	1989	181,92	23.183
Içara	1961	294,13	49.238
Lauro Muller	1956	270,51	14.483
Morro da Fumaça	1962	82,94	16.364
Nova Veneza	1958	293,54	13.581
Orleans	1913	549,83	21.599
Siderópolis	1958	262,72	13.137
Treviso	1995	157,67	3.585
Urussanga	1900	240,48	20.356

Fonte: Pelo autor de FECAM (2013)

4.1.1 População

O estado de Santa Catarina possui um grande número de Municípios, por este motivo, a área de pesquisa foi delimitada apenas para as organizações

contábeis da Associação dos Municípios da Região Carbonífera de Santa Catarina.

Entre os 12 (doze) municípios associados à AMREC, o número de escritórios contábeis é de 311 (trezentos e onze), contando com 890 (oitocentos e noventa) Contadores registrados pelo Conselho de Classe e 306 (trezentos e seis) Técnicos de Contabilidade, perfazendo um total de 1196 (um mil cento e noventa e seis) Contadores e Técnicos Contábeis para essa região.

O número de respostas obtidas com o questionário foi de 52, correspondendo a 16% a amostra da população.

4.1.2 Instrumento e procedimentos de coleta de dados

Após mensurar a população, efetuou-se a coleta de dados através de questionários eletrônico (Apêndice) com questões de múltipla escolha, enviadas através de e-mail, entre dias de 14/05/2013 a 29/05/2013.

4.1.3 Tratamento dos dados

Após o recebimento dos dados da pesquisa, realizou-se a análise. As respostas obtidas foram estudadas e apresentadas por gráficos e tabelas. Os resultados demonstram os percentuais obtidos.

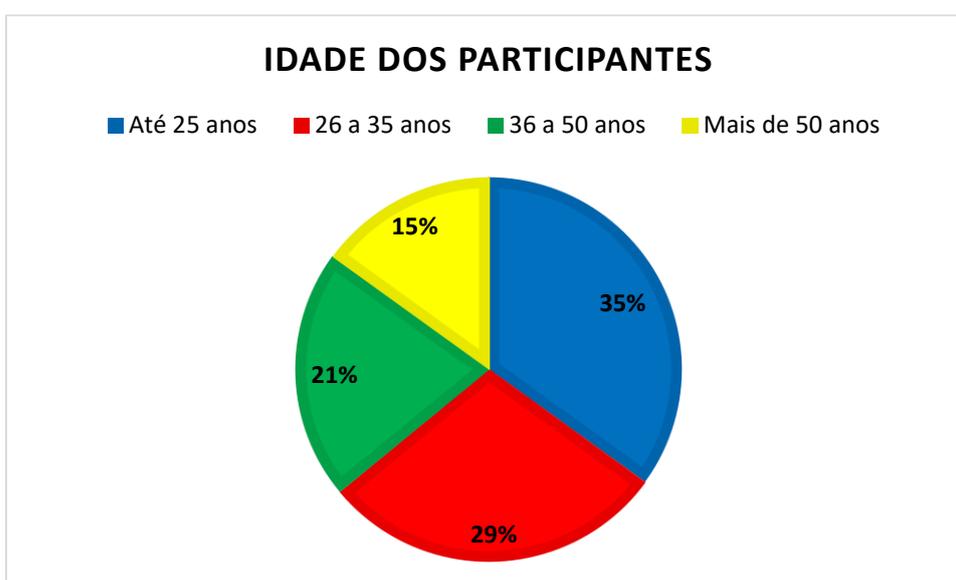
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo apresentam-se as tabelas e gráficos com os dados resultantes do questionário aplicado, bem como a análise das informações geradas. O questionário apresenta 19 questões, sendo 5 questões do perfil do profissional da organização contábil, e 14 questões sobre procedimentos técnicos, opinião sobre o Sistema Público de Escrituração Digital, e perfil de seus clientes.

4.2.1 Faixa etária do profissional

Inicialmente, buscou-se verificar a faixa etária dos participantes para conhecer se o profissional que atua com os processos do SPED trata-se de um profissional jovem, ou com idade mais avançada. Com estas e outras informações será formado o perfil dos profissionais respondentes envolvidos diretamente com os processos do SPED. Os resultados coletados foram os seguintes:

Gráfico 01: Faixa etária



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

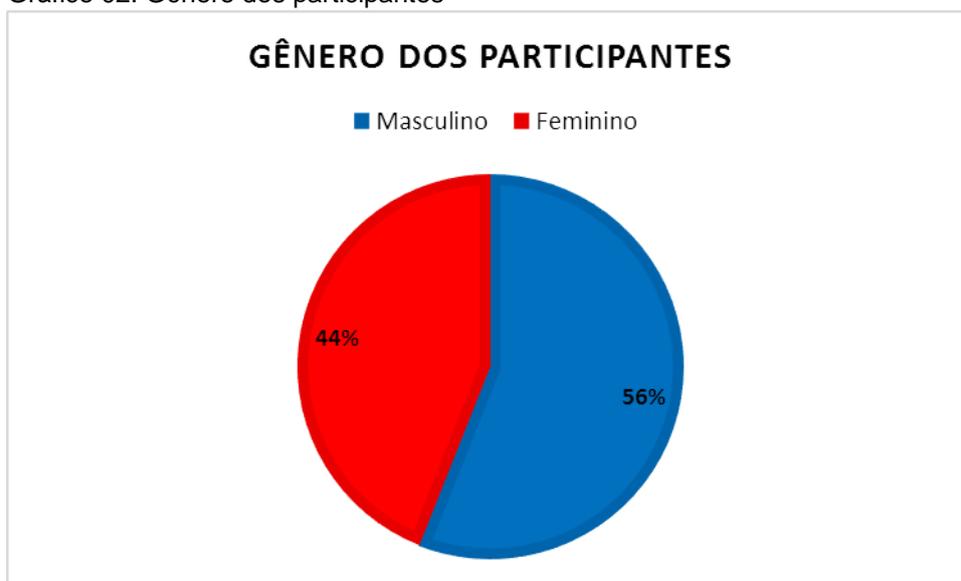
Com relação ao perfil do profissional por faixa etária, observa-se no gráfico 01 que a maior participação está em um profissional mais jovem, que representa 35% dos entrevistados. Considerando, ainda, até a idade de 35 anos, o percentual fica em 64% dos participantes.

Assim, conforme os dados desta pesquisa a maior parte dos profissionais que trabalham com o SPED encontram-se na faixa etária de até 35 anos de idade.

4.2.2 O gênero do participante

Esta questão foi elaborada para delimitar o profissional por gênero. Além da idade, ter a resposta se o profissional predominante é do gênero masculino ou feminino, contribui para formar o perfil completo do profissional.

Gráfico 02: Gênero dos participantes



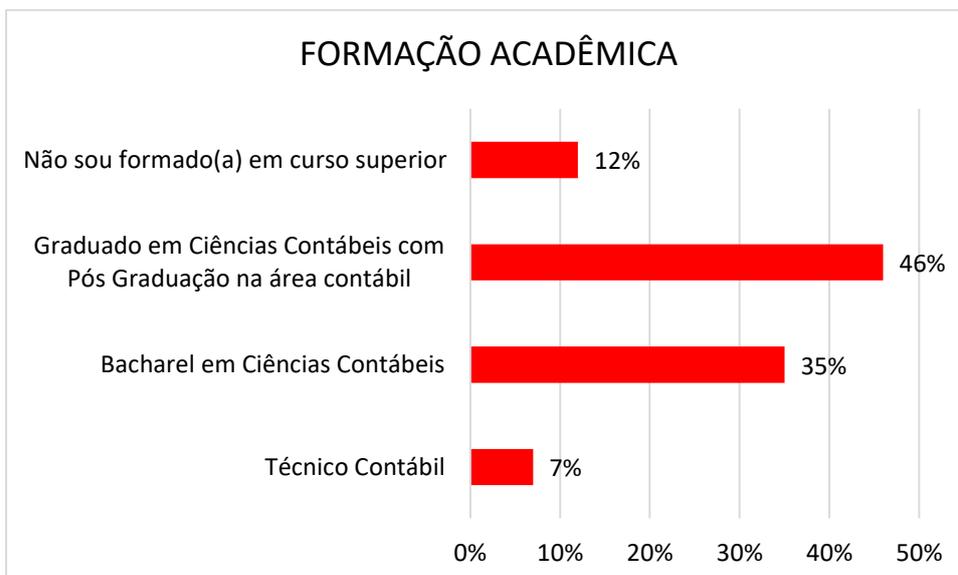
Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Observando o gráfico, constata-se que a maioria dos entrevistados são do gênero masculino com 56% de participação, já o gênero feminino tem 44% de participação na pesquisa.

4.2.3 Perfil do profissional quanto à formação acadêmica

A formação profissional dos participantes, tem como objetivo criar uma relação do conhecimento do profissional com as dificuldades encontradas para adaptação ao SPED. Os resultados apurados foram:

Gráfico 03: Formação acadêmica



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Observando o gráfico acima, constata-se que a maioria dos participantes, 81% tem formação em ensino superior. Destes, 56,82% tem pós graduação, e 43,18% graduação em Ciências Contábeis. Entretanto, 20% dos profissionais afirmaram não ter formação em ensino superior, compondo este percentual estão profissionais com curso técnico em contabilidade com 7%, e sem formação com 12%.

Observou-se, também, que 100% dos profissionais com até 35 anos possuem ensino superior em ciências contábeis. Esta situação apresenta-se condizente com as exigências atuais do mercado e com a ampliação do acesso ao ensino superior.

Com isso, através dos dados da pesquisa, pode-se averiguar que o perfil do profissional das organizações contábeis que atua com os processos do SPED, na maior parte já possui ensino superior com pós graduação.

4.2.4 Tempo de atuação dos profissionais na área contábil

O tempo de atuação no mercado de trabalho, também foi pesquisado juntamente com as demais variáveis que compõem perfil profissional do entrevistado.

Gráfico 04: Tempo de atuação no mercado

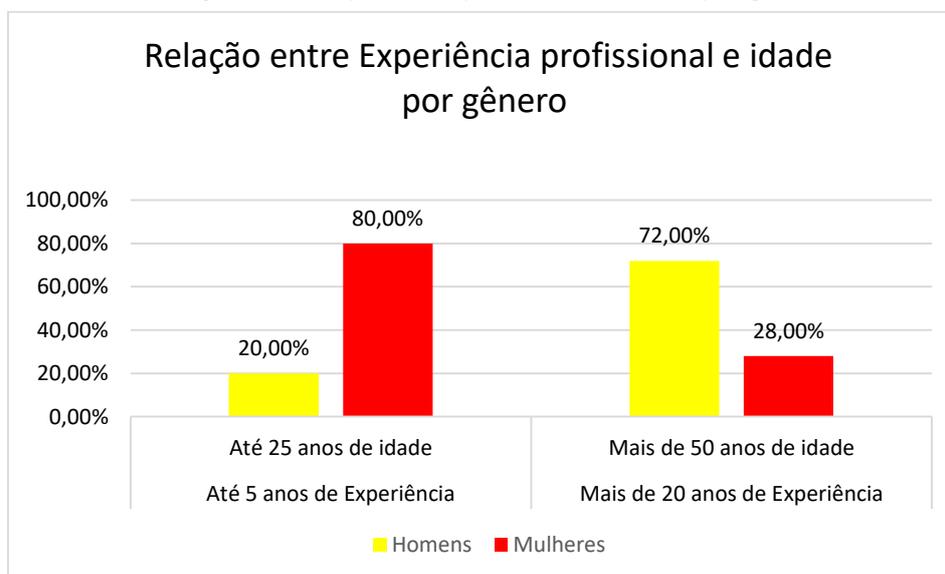


Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

São maioria na pesquisa os profissionais que trabalham a até 10 anos em organizações contábeis, sendo 21% até 5 anos e 41% de 6 até 10 anos. Diante disso, verifica-se que o perfil predominante dos profissionais que trabalham com o SPED está em uma faixa intermediária de experiência.

Analisando os dados do gráfico 04, pode-se observar as seguintes correlações conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 05: Relação entre experiência profissional e idade por gênero

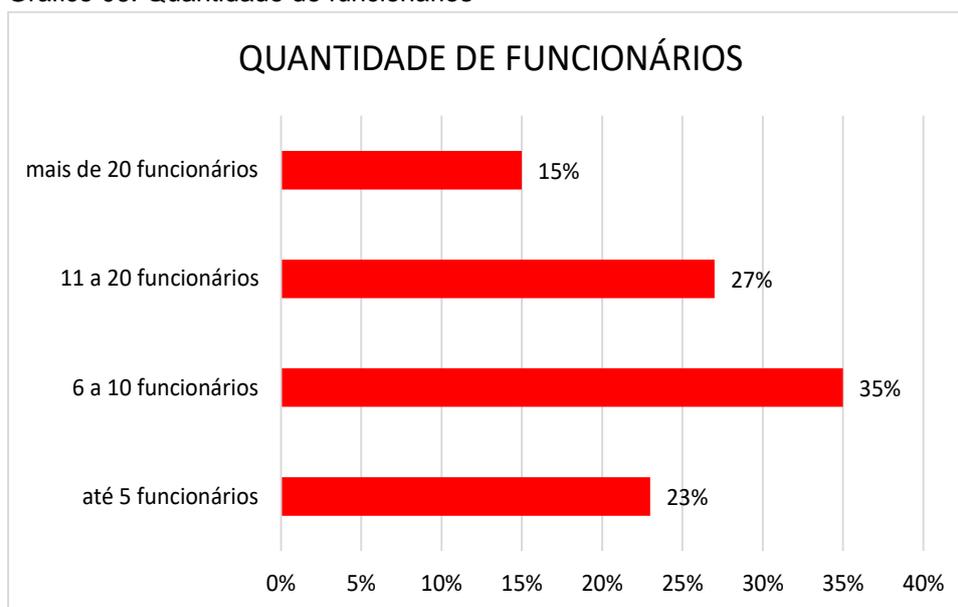


Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

4.2.5 A quantidade de funcionários das organizações contábeis

Conhecendo o número de funcionários das organizações, pode-se estimar qual o porte dos organizações contábeis pesquisados. Os dados coletados foram os seguintes:

Gráfico 06: Quantidade de funcionários



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

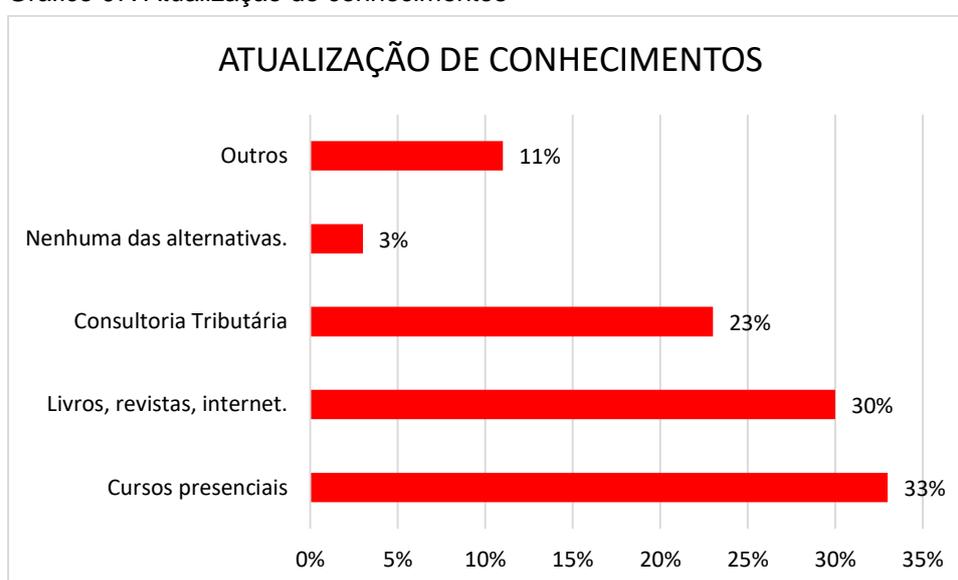
Observando o gráfico 06, percebe-se que das organizações que participaram da pesquisa, 35% dos participantes, tem entre 6 e 10 funcionários. E também, que no total, mais de 50% das organizações contam com até 10 funcionários em seu quadro de colaboradores. Com estes dados pode-se averiguar que em média, na região da AMREC, apresentam-se como padrão nas organizações contábeis.

Com isso, encerra-se as análises quanto ao perfil do profissional contábil das organizações da região da AMREC. Em linhas gerais, o perfil do profissional fica destacado pela pesquisa que demonstra uma faixa etária de até 35 anos, possui ensino superior, tem experiência de até 10 anos em organizações contábeis, e possui até 10 funcionários em seu quadro de colaboradores.

4.2.6 A atualização dos profissionais quanto às mudanças

Esta questão tem como objetivo analisar os métodos que os profissionais buscam para atualização de conhecimentos, bem como, relacionar com o SPED sobre as dificuldades encontradas no entendimento da sistemática dos projetos do SPED.

Gráfico 07: Atualização de conhecimentos



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Observando o gráfico 07, observa-se que 33% dos participantes utilizam cursos presenciais para atualizar-se sobre o SPED. Destes 58% tem até 35 anos de idade, com isso a pesquisa revela que a maioria dos profissionais que buscam cursos presenciais são profissionais mais jovens.

Entretanto observando o total de pesquisados apenas 5% respondeu que não utiliza nenhuma forma de atualização sobre o SPED. Destes, todos sugeriram penalidades mais brandas do Fisco com o contribuinte, ou seja, estes profissionais que afirmaram não buscar conhecimento são os que opinaram que a legislação é muito rigorosa com o contribuinte.

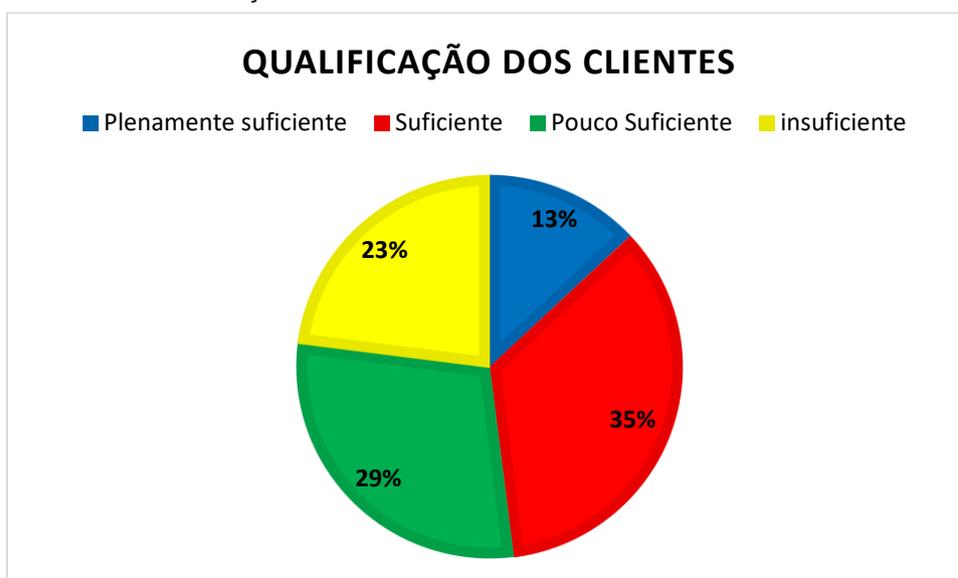
Os profissionais mais jovens também afirmam na pesquisa que buscam outros meios de atualização de conhecimentos sobre o SPED que não estão elencados na pesquisa. 62% dos que responderam buscar outros meios de

aprendizado são profissionais com menos de 35 anos. Com isso, a percepção obtida é que os profissionais mais jovens tentam buscar atualizações sobre o SPED em variadas formas de aprendizado.

4.2.7 Qualificação profissional dos clientes

Esta questão tem como objetivo extrair dos profissionais contábeis qual a satisfação quanto ao colaborador das empresas que fornecem as informações fiscais e contábeis utilizadas para envio das obrigações acessórias ao SPED.

Gráfico 08: Qualificação dos clientes



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Com o resultado da pesquisa averiguou-se que 13% dos participantes consideram a qualificação dos profissionais que trabalham em seus clientes plenamente suficiente. Os participantes com até 35 anos de idade apenas 5,88% afirmaram ser plenamente suficiente o conhecimento dos clientes. Já, os profissionais com mais de 35 anos de idade, 47% afirmaram que o conhecimento dos funcionários dos clientes é suficiente.

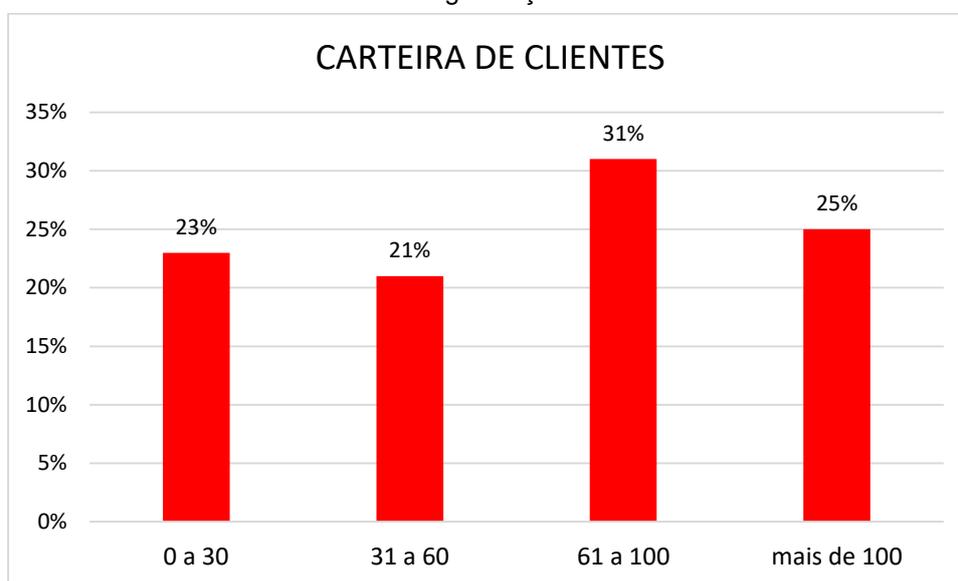
Com esta análise infere-se que os profissionais com idade mais avançada consideram o conhecimento dos clientes mais satisfatório que os profissionais mais

jovens.

4.2.8 Carteira de clientes em números

Esta questão tem como finalidade destacar o número de clientes em média das organizações contábeis. Pode-se estabelecer com estes dados, uma relação entre o porte das organizações contábeis e a valorização profissional.

Gráfico 09: Carteira de cliente nas organizações contábeis



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Analisando os dados do gráfico 09, a maior participação das organizações contábeis pesquisadas 31% tem entre 61 a 100 clientes ativos. Destes, 43% possuem entre 6 a 10 funcionários e 37,5% contam com 11 a 20 funcionários.

4.2.9 Perfil tributário dos clientes

A seguinte questão tem como foco coletar a informação sobre o regime tributário que é o mais comum entre os clientes das organizações contábeis.

Na tabela 01 demonstra-se o resultado da pesquisa.

Tabela 01: Perfil tributário dos clientes nas organizações contábeis

Percentual	Lucro Real	Lucro Presumido	Simple Nacional
0%	13%	10%	4%
1% a 10%	44%	46%	6%
11% a 20%	19%	21%	0%
21% a 30%	12%	8%	2%
31% a 40%	6%	12%	6%
41% a 50%	2%	2%	10%
Mais de 50%	4%	2%	73%

Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Através da tabela 01, pode-se constatar que o regime de tributação com maior percentual de clientes nas organizações contábeis é o Simple Nacional, onde 73% dos entrevistados responderam que mais de 50% de seus clientes estão dentro do regime de tributação do Simple.

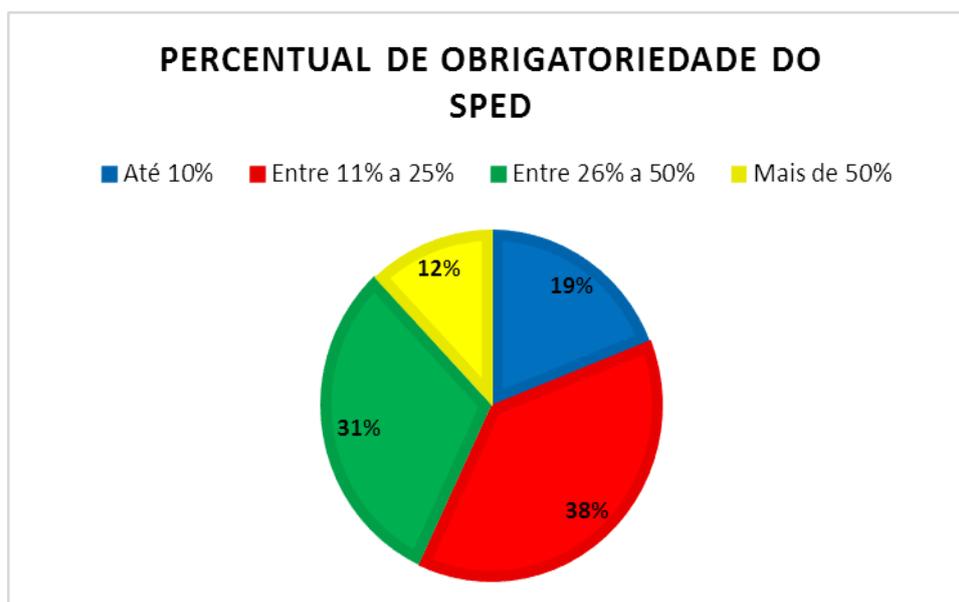
Apenas 3,84% dos entrevistados responderam que mais de 50% de seus clientes tem regime tributário do lucro real.

Correlacionando a experiência profissional dos participantes com o regime dos clientes, infere-se que dos profissionais com até 10 anos de experiência nenhum tem mais de 30% dos clientes com regime tributário do lucro real. Porém, nos profissionais com maior experiência, 31% afirmaram que em sua carteira de clientes o perfil tributário do lucro real está acima de 30% na composição total. A relação dos profissionais mais experientes possuem mais clientes do regime tributário Lucro Real, pode estar atrelada ao fato de que os clientes deste regime tributário optam por profissionais mais experientes.

4.2.10 Dos clientes ativos, quantos estão obrigados a entrega do SPED

Esta questão foi elaborada para demonstrar em uma média de clientes ativos das empresas quantos estão obrigados a entrega das obrigações acessórias ao SPED. No gráfico 09, é demonstrado o resultado da pesquisa.

Gráfico 10: Obrigatoriedade do SPED nos clientes



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Analisando o gráfico 10, observou-se que 38% das organizações contábeis possuem 11% a 25% dos clientes obrigados a entrega das obrigações acessórias ao SPED. Destes 80% afirmaram que após a implantação do SPED houve significativa redução do uso de papel. Ainda assim, 60% também afirmou que a agilidade nas rotinas de trabalho piorou em relação a antes da implantação do SPED.

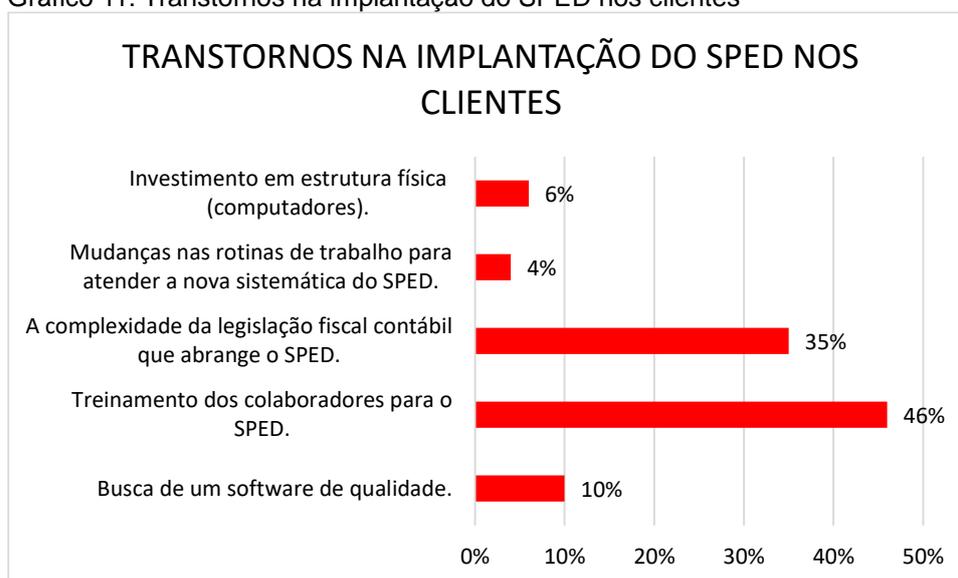
Somente 12% afirmou que possui mais de 50% de clientes obrigados a entrega as obrigações acessórias ao SPED. Destes, 53% afirmaram que houve redução de uso de papel. Quanto a agilidade nas rotinas de trabalho apenas 18% responderam que houve melhora neste quesito após a implantação do SPED.

Com isso, pode-se constatar que após a implantação do SPED, na opinião de 38% dos participantes houve benefícios que a Receita Federal esperava acontecer antes da implantação do projeto, já nas rotinas de trabalho a maioria destas organizações consideraram que não houve agilidade nos processos de trabalho. Entretanto para 12% dos participantes os percentuais de melhora no uso de papel e agilidade nas rotinas de trabalho foram menores, com 53% e 18% respectivamente.

4.2.11 Principais dificuldades no processo de implantação do SPED nos clientes

A presente questão foi elaborada, para avaliar em quais pontos os usuários mais tem dificuldades para a implantação do SPED nos clientes e em suas organizações contábeis.

Gráfico 11: Transtornos na implantação do SPED nos clientes



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Com a análise dos dados do gráfico 11, observou-se que 46% dos participantes da pesquisa tem a opinaram que o maior transtorno para implantação do SPED foi o treinamento dos colaboradores. Destes 86% são organizações com até 10 funcionários em seu quadro de colaboradores, e apenas 14% organizações com mais de 10 funcionários. Esta mesma correlação, também, é averiguada nos respondentes que afirmaram que o maior transtorno com a implantação do SPED, está na complexidade da legislação fiscal e contábil que a abrange o SPED, onde 73% são organizações com até 10 funcionários e 27% apenas, são organizações contábeis com mais de 10 funcionários.

Com isso constatou-se que a maioria das organizações que afirmaram que a legislação sobre o SPED, e treinamentos para colaboradores são as principais dificuldades observadas, possuem até 10 funcionários, em seu quadro de

colaboradores.

4.2.12 Obrigatoriedade quanto aos projetos do SPED

Neste questionamento busca-se trazer a informação sobre os subprojetos do SPED que são os mais comuns perante as empresas.

Quadro 06: Projetos do SPED que os clientes estão obrigados a entregar

Percentual	NF-e	NFS-e	SPED Contábil	SPED Fcont	SPED Fiscal	SPED Contribuições
0% a 20%	2%	38%	23%	27%	12%	6%
21% a 40%	2%	12%	4%	2%	10%	12%
41% a 60%	8%	10%	12%	10%	12%	12%
61% a 80%	2%	21%	17%	17%	16%	16%
Mais de 80%	86%	19%	44%	44%	50%	54%

Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Através do quadro 06, pode-se constatar que o subprojeto do SPED com maior percentual de clientes obrigados a entregar é a NF-e, onde 87% dos entrevistados responderam que mais de 80% de seus clientes devem utilizar a NF-e para registrar suas operações.

Quanto a obrigatoriedade de emissão da NFS-e apenas 19% responderam que mais de 80% dos clientes estão nesta condição.

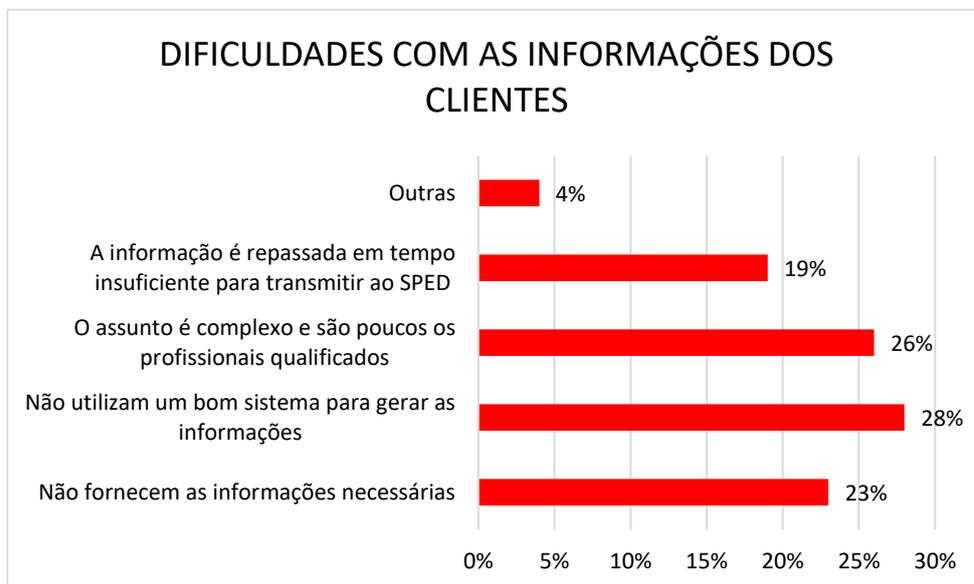
Os respondentes que afirmaram que mais de 80% de seus clientes estão obrigados a entrega das obrigações acessórias do SPED Contábil, SPED FCont, SPED Fiscal, e SPED contribuições, o regime tributário mais visto entre seus clientes é o Lucro Real. Este fato fica condizente com a premissa de que neste regime são obrigatórias as entregas destas obrigações acessórias.

4.2.13 As principais dificuldades encontradas pelas informações prestadas dos clientes.

Neste questionamento buscou-se encontrar a maior dificuldade do profissional contábil para a cumprimento das obrigações acessórias ao SPED em

relação aos dados que o cliente lhe fornece.

Gráfico 12: Dificuldades com as informações dos clientes



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Analisando os dados do gráfico 12 foi averiguado que 28% dos participantes consideram que seus clientes não utilizam um bom sistema para geração das informações fiscais e contábeis. Destes, 85% afirmaram que o investimento em TI é necessário para adaptação ao SPED.

Correlacionando o percentual de 28% para respondentes que afirmaram que seus clientes não utilizam bom software, com 23% que consideram que não fornecem as informações necessárias, pode-se constatar que a solução possível para estes problemas, seria um bom sistema para geração de informações as organizações contábeis.

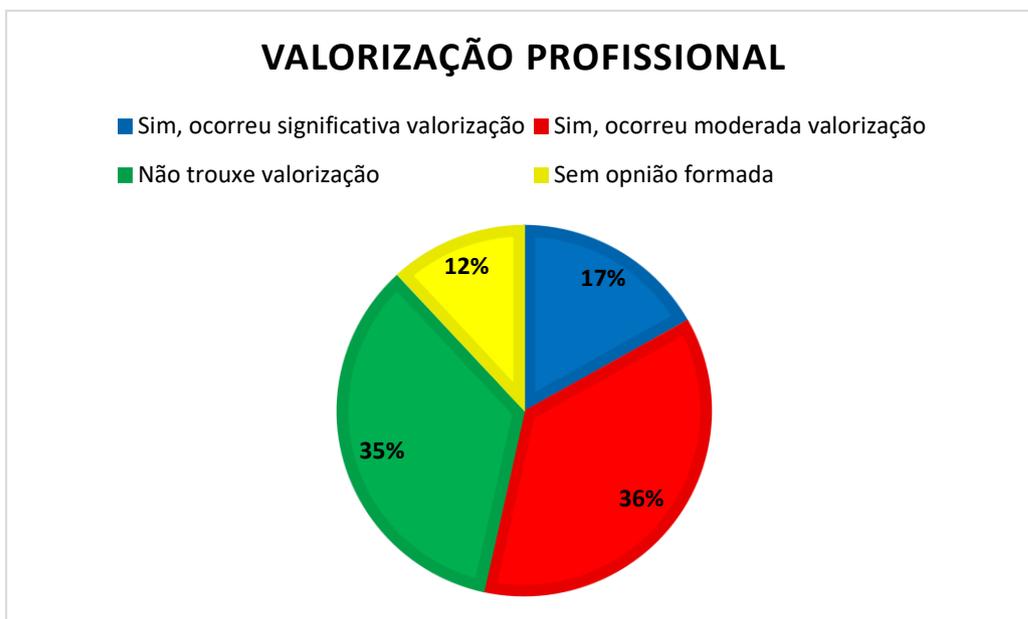
4.2.14 A valorização da classe contábil

Esta questão tem como objetivo avaliar o ponto de vista do profissional contábil quanto a valorização da classe, com a implantação do SPED.

A relação da valorização com as exigências representa o quanto o

profissional busca conhecimento em troca de uma valorização na sua carreira.

Gráfico 13: Valorização dos profissionais



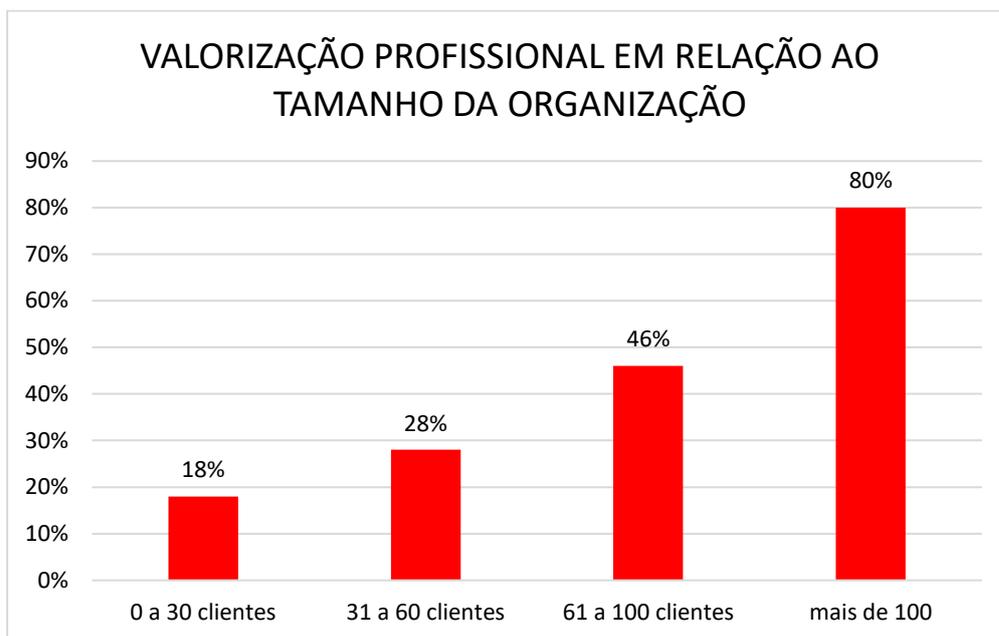
Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Analisando o gráfico 13, pode-se averiguar que 53% dos participantes da pesquisa, disseram que houve alguma forma de valorização profissional decorrente do SPED.

Dos participantes que afirmaram não possuírem opinião sobre a valorização ou não da classe contábil, 80% são profissionais com até 35 anos de idade.

Com base nos dados do gráfico 13, averiguou-se correlações entre a valorização profissional e o porte da organização, demonstradas no gráfico 14 abaixo:

Gráfico 14: Porte dos escritórios em relação a valorização profissional



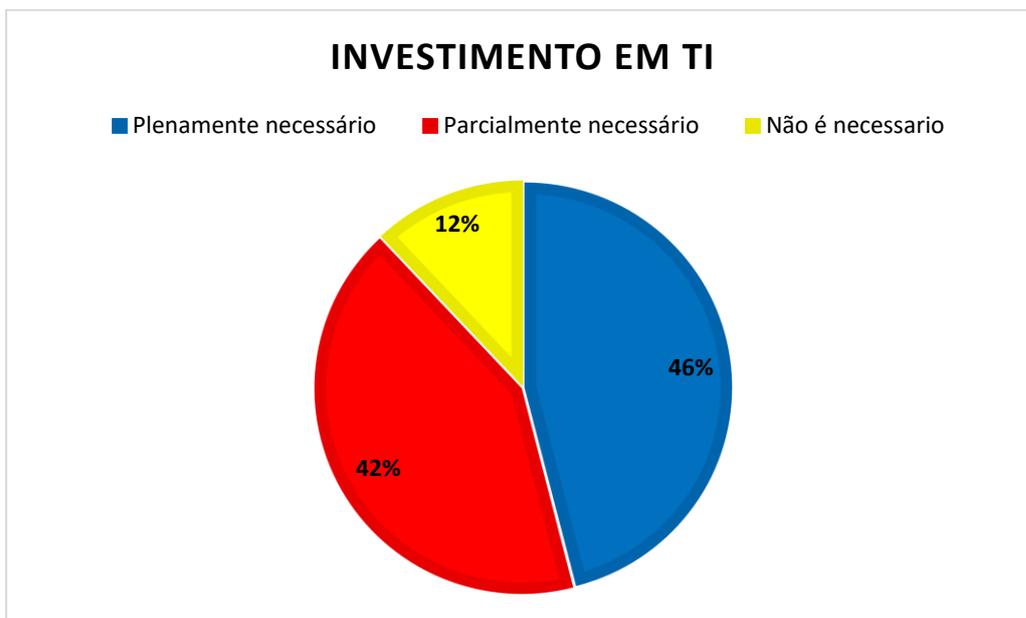
Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Através do gráfico 14, infere-se que, quanto maior o porte da organização contábil, maior é a avaliação positiva quanto a valorização da classe contábil o percentual de clientes nas organizações, o percentual de valorização profissional constatado, foi mais alto. Tem-se que 80% das organizações contábeis com mais de 100 clientes avaliaram que o SPED valorizou suas atividades, contra apenas 18% dos entrevistados que possuem menos de 30% clientes.

4.2.15 Investimento em tecnologia da informação

Este questionamento tem a função de apurar se as respondentes consideram importante o investimento em TI, como ferramenta de apoio na geração do SPED.

Gráfico 15: Investimento em TI



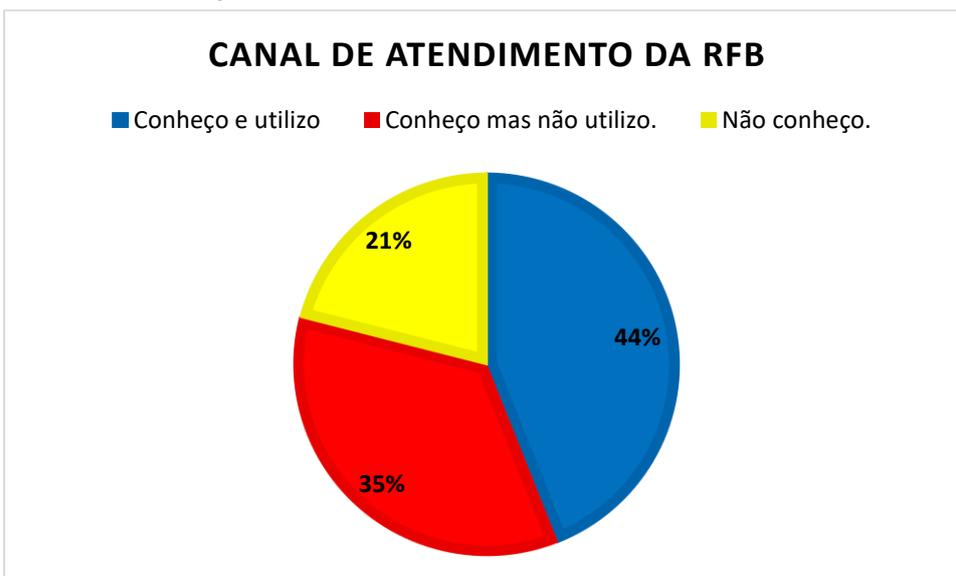
Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Observando o gráfico 15, ficou constata-se que 46% dos entrevistados consideram o investimento em TI plenamente necessário. Considerando o somatório, também, dos participantes que consideram que o investimento em TI é parcialmente necessário, tem-se 88%.

4.2.16 Utilização do canal de comunicação da Receita Federal do Brasil

A Receita Federal do Brasil oferece um canal de comunicação via e-mail onde o contribuinte pode sanar suas dúvidas relacionadas ao SPED. Esta questão visa analisar se o contribuinte tem conhecimento desta ferramenta, e a utiliza, obteve-se o seguinte resultado.

Gráfico 16: Utilização do canal de atendimento da RFB



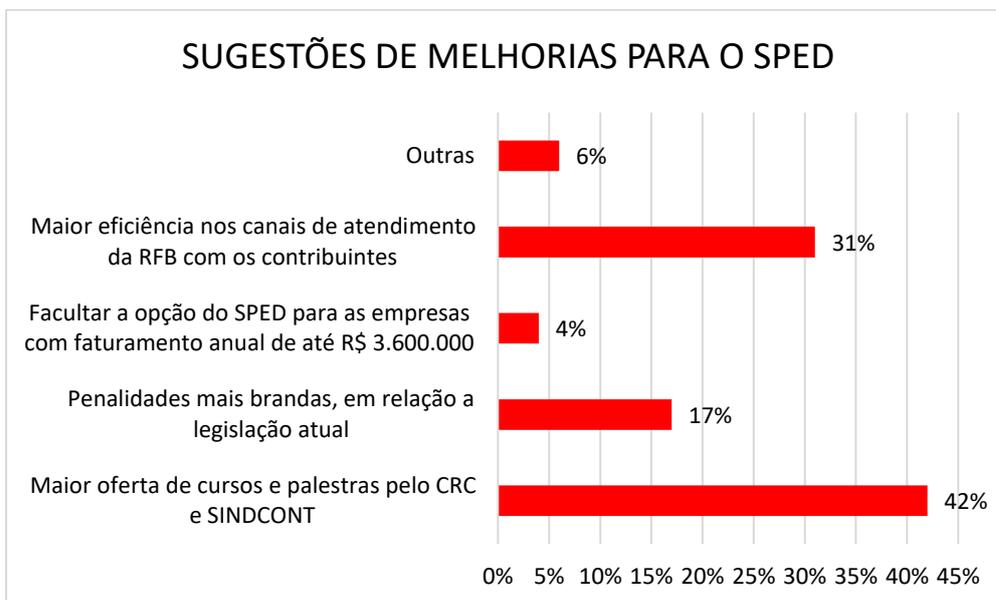
Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

A pesquisa demonstrou que 79% dos participantes conhecem este canal de atendimento da Receita Federal e apenas 21% não conhecem, demonstrando ser um canal amplamente conhecido pelos usuários. Dos que conhecem, a maioria, o utiliza como forma de resolução e dúvidas.

4.2.17 Aperfeiçoamento dos projetos do SPED

Esta questão é importante para conhecer quais as sugestões que os profissionais das organizações contábeis tem para um melhoramento nos aspectos gerais do SPED.

Gráfico 17: Sugestões de melhorias para o SPED



Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Conforme os dados do gráfico 17, 42% dos respondentes sugeriram como forma de aperfeiçoamento do SPED, maiores ofertas de cursos e palestras pelo CRC e SINDCONT. Destes, 63% responderam que utilizam cursos presenciais como forma de atualização de conhecimentos.

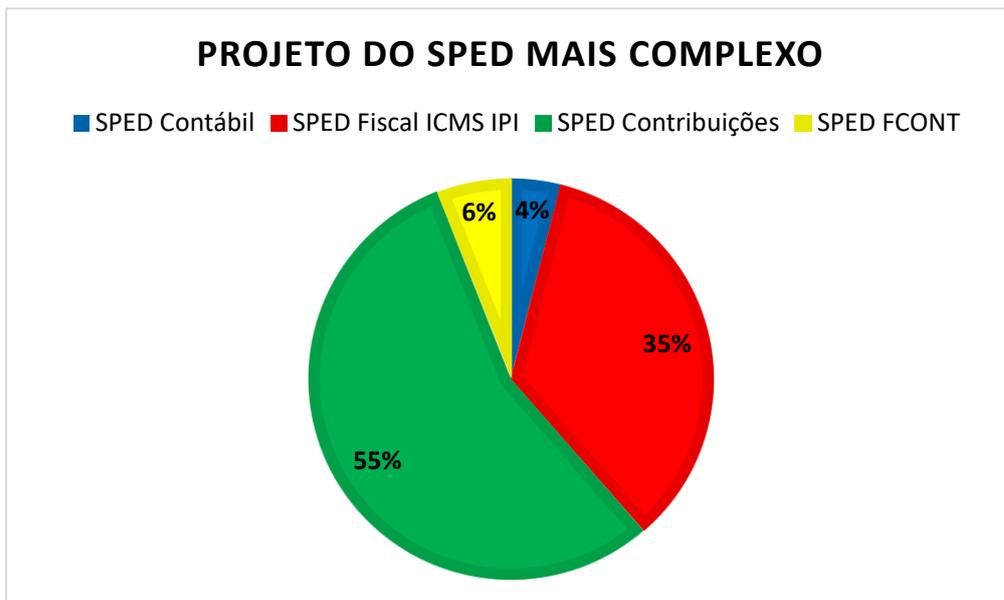
Dos respondentes que sugeriram facultar a opção do SPED para as empresas com faturamento anual inferior a R\$ 3.600.000, todos têm mais de 50 anos de idade, contrapondo com a maioria que preocupa-se preferencialmente com a melhora de sua qualificação.

Por fim, constata-se que as alternativas que possuíam o caráter de resolução de problemas e a qualificação profissional foram escolhidas por 73% dos participantes.

4.2.18 O projeto do SPED mais complexo

Esta questão, tem como foco buscar a opinião da organização contábil, sobre qual o projeto que em seu entendimento é o mais complexo, com essa resposta será feito uma análise sobre os possíveis motivos para esta opinião.

Gráfico 18: Projeto do SPED mais complexo



Fonte – Pesquisa realizada em maior/2013

Conforme dados do gráfico 18, 55% dos participantes escolheram o SPED Contribuições como projeto mais complexo atualmente.

Apenas 4% dos respondentes consideram o SPED Contábil o projeto mais complexo, dentre os projetos vigentes. Destes, todos são organizações contábeis com até 30 clientes ativos. Outros 35% dos respondentes consideram que o projeto SPED Fiscal é o mais complexo.

4.2.19 Principais benefícios do SPED

Esta questão tem o objetivo de levantar junto aos profissionais pesquisados se os benefícios sugeridos ocorrem na prática.

Tabela 02: Percepção do Participante sobre o SPED

Percepção do participante	Uso do papel		Redução de custos		Agilidade nas rotinas de trabalho	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Sim, significativamente	36	69%	7	13%	5	10%
Sim, moderadamente	8	15%	22	42%	14	27%
Sem efeitos	5	10%	19	37%	8	15%
Piorou em relação a situação anterior	3	6%	4	8%	25	48%

Fonte – Pesquisa realizada em maio/2013

Observando o tabela 02, pode-se averiguar que 69% dos participantes da pesquisa consideram que houve significativa redução do uso de papel após a implantação do SPED. Apenas 6% consideram que houve aumento do uso de papel após o SPED. Constatando-se, desta forma, que o objetivo da redução do uso do papel definido como uma das vantagens defendida pela Receita Federal, obteve sucesso.

Outro argumento que a RFB elencava como benéfico, estava relacionado a redução de custos operacionais. Ao contrário do item acima, apenas 13% concordam que houve significativa redução nos gastos diretos após a implantação do SPED.

Além das situações supra comentadas, indagou-se se o SPED aumentou a agilidade na execução das rotinas de trabalho. Averiguou-se que 48% dos participantes consideram que houve uma piora em relação a situação anterior, contra apenas 10% dos respondentes que afirmam ter obtido significativas melhoras na agilidade da execução dos trabalhos.

4.2.20 Análise Geral do Resultado

Neste tópico objetiva-se realizar a análise geral dos dados da pesquisa, com intuito de explicar os resultados obtidos diante do estudo e avaliar as dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam nas organizações contábeis, quanto a adaptação ao Sistema Público de Escrituração Digital.

No questionário aplicado pode-se definir o perfil médio dos profissionais tem idade até 35 anos de idade. Quanto a formação acadêmica, a maioria dos

participantes são graduados em Ciências Contábeis. Em relação ao tempo de experiência dos participantes na área contábil, constatou-se que a maior parte trabalham de 0 a 10 anos em organizações contábeis. Averiguou-se, também, que muitos dos profissionais se utilizam de alguma forma de atualização de conhecimentos, sendo este, fator importante a ser destacado, devido a constantes alterações na legislação.

Após a busca do perfil do profissional buscou-se identificar o perfil predominante dos clientes que as organizações contábeis possuem. Averiguou-se que poucos respondentes consideram plenamente suficiente a qualificação e conhecimento dos profissionais que atuam em seus clientes, sendo necessário realizar mais treinamentos para qualificação destes profissionais com intuito de aperfeiçoar seus conhecimentos e contribuir com as organizações contábeis. As organizações contábeis também afirmam, que seus clientes não utilizam um bom sistema, sendo necessário, um maior investimento em TI e sistemas de maior qualidade, como alternativa viável para solucionar este problema.

Os profissionais das organizações contábeis afirmaram que o treinamento dos colaboradores para o SPED são os maiores transtornos enfrentados pelas organizações contábeis. A complexidade da legislação obteve uma participação relevante na pesquisa, estes fatores tem relação quanto ao nível de treinamento dos colaboradores, e podem ser sanados através de investimentos em capacitação profissional.

A valorização profissional das organizações contábeis também foi avaliada, e constatou-se que o percentual de respostas afirmando que houve valorização, é maior em escritórios de maior porte, demonstrando a correlação entre porte e valorização, de que quanto maior o porte, maior a valorização profissional.

Os participantes, responderam ao questionário sobre quais sugestões consideram mais necessárias para o aperfeiçoamento do SPED, grande partes destes responderam que é necessário maior oferta de cursos e palestras pelo CRC e SINDCONT, e entendem que o canal de atendimento da Receita Federal deve ser mais ágil em suas respostas com o contribuinte.

Sobre o projeto mais complexo na opinião dos respondentes, mais da metade consideram como projeto mais complexo o SPED Contribuições, seguido o SPED Fiscal que obteve várias opiniões como projeto mais complexo.

Em relação a fatores que mudaram após o SPED, a maioria dos

respondentes afirmaram que houve significativa redução do uso de papel. A redução de custos operacionais, na opinião de grande parte dos participantes obteve moderada redução. Quanto a agilidade nas rotinas de trabalho, aproximadamente metade dos participantes afirmaram que houve uma piora em relação a situação anterior. Com isto, infere-se que alguns benefícios que foram comentados antes da implantação do SPED ocorreram, entretanto a agilidade nas rotinas de trabalho piorou na opinião de muitos respondentes, pode-se atrelar este problema ao fato de que não houve uma significativa redução no número de obrigações acessórias após a implantação do SPED.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa do governo em ter sob controle informações dos contribuintes mobilizou o Fisco a criar um conjunto de ações que permitisse a visualização das informações sobre todas as operações financeiras e fiscais de forma digital.

A proposta do SPED alterou em vários aspectos a forma de cumprimento das obrigações acessórias, trazendo uma nova realidade nas rotinas contábeis.

Esta pesquisa possibilitou além de um estudo bibliográfico sobre o SPED, a verificação de como os profissionais buscam se adaptar à nova sistemática de escrituração das contribuições acessórias.

O sistema tributário nacional tornou-se com o avanço da tecnologia mais eficiente quanto à fiscalização, recebimento de dados e transparência das informações dos contribuintes. Entretanto a legislação tornou-se mais complexa, no entendimento dos respondentes, demonstrando que o profissional deve buscar constantemente atualização de conhecimentos para manter-se plenamente capacitado com as mudanças que ocorrem em sua área de trabalho.

Com a implantação do SPED alterou-se a forma de escrituração fiscal passando a unificar todas as informações em um banco de dados único, possibilitando um cruzamento de dados centralizado eficiente. A Receita Federal fez grandes investimentos em ferramentas que possibilitam um controle de informações dos contribuintes.

Por um lado, o SPED gerou transtornos em relação a sua implantação, devido os gastos com estudo, adaptação e aperfeiçoamento dos sistemas contábeis para sua correta geração, capacitação profissional quanto a legislação para que as informações sejam transmitidas de maneira fidedigna, e piora na agilidade das rotinas de trabalho pelo fato de ter aumentado o número de obrigações acessórias que o contribuinte deve entregar ao Fisco. Entretanto, houveram melhoras muito planejadas, como a redução do uso de papel com a forma digital de emitir as notas fiscais, e transparência de dados dos contribuintes, reduzindo a sonegação fiscal.

É fator fundamental para evolução e aperfeiçoamento do SPED, serem criados mais cursos e palestras sobre o tema, incentivar o estudo deste projeto nas instituições de ensino nos cursos de ciências contábeis e afins, e diminuir o número de obrigações acessórias atualmente exigidas. Pois, a redundância de informações

é conhecida pelos contribuintes e traz consigo reflexos negativos quanto a agilidade de trabalho. Outro ponto importante para o aperfeiçoamento do SPED, é o canal de atendimento da RFB que deve ser mais ágil em sua comunicação com o contribuinte para garantir que todas as dúvidas que são geradas através do canal, sejam respondidas com clareza e em tempo hábil.

Com isto, torna-se de plena importância destacar o valor do profissional contábil diante desta complexa alteração na legislação fiscal, uma vez que o mesmo dispõe de capacidade para atuar com a nova sistemática, e experiência com os processos contábeis e fiscais necessários à escrituração digital.

Considera-se portanto que os reflexos do SPED são perceptíveis aos profissionais ligados à área contábil, e esta nova sistemática possibilitará uma constante evolução na área tributária nacional.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BRASIL. **DECRETO N° 6.022, de Janeiro de 2007**. Disponível em: <<http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/Estruturalcp>>. Acesso em; 03 Maio. 2013.

BRASIL. **Ministério do Planejamento - PAC – Programa de aceleração do crescimento**. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em; 03 Maio. 2013.

BRASIL. **Protocolo ICMS 3, de 1º de Abril de 2011**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Protocolos/ICMS/2011/PT003_11.htm>. Acesso em; 03 Maio. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal, **Histórico do SPED**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/historico.htm>>. Acesso em: 15 abri. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Apresentação do SPED**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>. Acesso em: 13 Maio. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Ato Declaratório Executivo Cofis nº 33, de 6 de maio de 2013**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/AtosExecutivos/2013/COFIS/ADCofis033.htm>>. Acesso em: 28 maio 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Universo de atuação do SPED**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/universo-de-atuacao.htm>>. Acesso em: 20 Maio 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Como funciona o SPED**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/como-funciona.htm>>. Acesso em: 20 Maio 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Benefícios do SPED**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>>. Acesso em: 13 Maio 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Parceiros**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/parceiros.htm>>. Acesso em: 18 Maio 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **SPED Contábil o que é**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/o-que-e.htm>>. Acesso em: 19 Maio 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **SPED Contábil como funciona**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/como-funciona.htm>>. Acesso em: 19 Maio 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **SPED Fiscal o que é**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/o-que-e.htm>>. Acesso em: 19 Maio 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **SPED Fiscal como funciona**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/como-funciona.htm>>. Acesso em: 10 Abri. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **EFD contribuições o que é**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-contribuicoes/o-que-e.htm>>. Acesso em: 14 Abri. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **SPED FCONT o que é**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/fcont/o-que-e.htm>>. Acesso em: 13 Abri.2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **SPED FCONT como funciona**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/fcont/como-funciona.htm>>. Acesso em: 20 abril. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Central de Balanços o que é**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/outros-projetos/central-de-balancos.htm>>. Acesso em: 21 abril. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa 787/07**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em; 03 Maio. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa 926/09**. Disponível em:< <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9262009.htm>>. Acesso em; 03 Maio. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa 1252/12**. Disponível em:< <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2012/in12522012.htm>>. Acesso em; 03 Maio. 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa 1139/11**. Disponível em:< <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2011/in11392011.htm>>. Acesso em; 03 Maio. 2013.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. **ITI CERTIFICAÇÃO DIGITAL O que é**. Disponível em: <<http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/WebHome>>. Acesso em: 14 Out. 2012.

BRASIL **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 10 Maio. 2013.

BRASIL. **AJUSTE SINIEF 02 de 26 de março de 2010**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2010/AJ_002_10.htm>. Acesso em; 16 Maio. 2013.

OLIVEIRA Edson **Contabilidade informatizada** São Paulo: Atlas 1997 p.12-33.
MOSCOVE Stephen; SIMKIN Mark; BAGRANOFF Nancy, **Sistemas de informações contábeis**. Trad. Geni G. Goldschimidt. São Paulo: Atlas, 2002. P. 23-24.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

SÁ, Antônio Lopes, **Teoria da Contabilidade**, 2 ed, Editora Atlas, São Paulo, 1999, 357 pág.

SERPRO, **Supercomputador da Receita vai caçar sonegador** Disponível em: http://www4.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2005-1/20051017_01. Acesso em; 06/ Maio 2013.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos, **História do Pensamento Contábil**, Ed. Atlas, São Paulo, 2006, 179 pág.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al. **EFD (Escrituração fiscal digital) PIS/COFINS**. 1.ed. São Paulo: IOB, 2011.

VIANNA, Ilca Oliveira. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Jurúá 289 pági.

WALTER, J. P; RIBEIRO, O.D.J. **Sistema público de escrituração digital e nota fiscal eletrônica: O Brasil evoluindo com o contribuinte**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIVn02/t008.pdf>> Acesso em: 19 Maio. 2013.

APÊNCIDE

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS, PERANTE O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – SPED

A aplicação deste questionário tem como objetivo avaliar, como os profissionais das organizações contábeis juntamente com seus clientes estão adaptando a sua rotina operacional a exigência do 'SPED'. Esta pesquisa tem como objetivo contribuir gerando informações para toda a área contábil. Desta forma, peço a colaboração e compreensão para responder o questionário de forma mais sincera possível. Muito obrigado!

1 - Faixa etária dos participantes *

Qual sua idade?

- Até 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 50 anos
- Mais de 50 anos

2 - Qual a sua formação profissional? *

- Técnico Contábil
- Bacharel em Ciências Contábeis
- Graduado em Ciências Contábeis com Pós Graduação na área contábil
- Não sou formado(a) em curso superior
- Outros

3 - Há quanto tempo trabalha em uma organização contábil? *

- Até 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 20 anos
- Mais de 20 anos

4 - Número de funcionários em sua organização contábil *

- até 5 funcionários
- 6 a 10 funcionários
- 11 a 20 funcionários
- mais de 20 funcionários

5 - Qual seu gênero? *

Masculino

Feminino

6 - Assinale as principais formas que você está adotando para atualizar seus conhecimentos sobre o SPED *

Cursos presenciais

Livros, revistas, internet.

Consultoria Tributária

Nenhuma das alternativas.

Outros

7 - Como você avalia a qualificação dos profissionais que trabalham para seus clientes, e fornecem as informações fiscais e contábeis para a organização contábil? *

Plenamente suficiente

Suficiente

Pouco Suficiente

Insuficiente

8 - Carteira de clientes em números. *

Quantos clientes ativos seu escritório contábil tem hoje?

0 a 30

31 a 60

61 a 100

mais de 100

9 - Perfil tributário *

A qual regime de tributação pertence a maioria dos seus clientes?

	0%	1 a 10%	11% a 20%	21% a 30%	31% a 40%	41% a 50%	Mais de 50%
Lucro real	<input type="radio"/>						
Lucro presumido	<input type="radio"/>						
SIMPLES	<input type="radio"/>						
Outros	<input type="radio"/>						

10 - Em seu escritório contábil quantos clientes estão obrigados a entrega do SPED? *

Até 10%

Entre 11% a 25%

Entre 26% a 50%

Mais de 50%

11 - Em relação ao processo de implantação do SPED, quais das alternativas abaixo trouxe maior transtorno para implantação junto aos clientes? *

- Busca de um software de qualidade.
- Treinamento dos colaboradores para o SPED.
- A complexidade da legislação fiscal contábil que abrange o SPED.
- Mudanças nas rotinas de trabalho para atender a nova sistemática do SPED.
- Investimento em estrutura física (computadores)

12 - Quanto a obrigatoriedade em relação aos projetos do SPED *

Nos clientes que estão obrigados a entrega do SPED, dentre os sub-projetos abaixo qual o percentual de participação aproximado?

	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	Mais de 80%
NF-e	<input type="radio"/>				
NFS-e	<input type="radio"/>				
SPED Contábil	<input type="radio"/>				
SPED FCONT	<input type="radio"/>				
SPED Fiscal	<input type="radio"/>				
SPED Contribuições	<input type="radio"/>				

13 - Assinale as principais dificuldades encontradas quanto às informações que são prestadas pelos clientes *

- Não fornecem as informações necessárias
- Não utilizam um bom sistema para gerar as informações
- O assunto é complexo e são poucos os profissionais qualificados
- A informação é repassada em tempo insuficiente para transmitir ao SPED
- Outras

14 - Valorização do profissional contábil *

Na sua concepção, a participação do profissional contábil no SPED trouxe valorização quanto aos honorários cobrados de seus clientes?

- Sim, ocorreu significativa valorização
- Sim, ocorreu moderada valorização
- Não trouxe valorização
- Sem opinião formada

15 - Investimento em TI *

Na sua opinião, o investimento em sistemas contábeis que auxiliam o trabalho na geração das informações ao SPED é necessário?

- Plenamente necessário
- Parcialmente necessário
- Não é necessário

16 – A Receita Federal do Brasil oferece um serviço via internet de relacionamento com o contribuinte somente para dúvidas sobre SPED, você utiliza esse meio de acesso? *

- Conheço e utilizo
- Conheço mas não utilizo.
- Não conheço.

17 - Dentre as alternativas abaixo, qual seria sua principal sugestão para o aperfeiçoamento do SPED? *

- Maior oferta de cursos e palestras pelo CRC e SINDCONT
- Penalidades mais brandas, em relação a legislação atual
- Facultar a opção do SPED para as empresas com faturamento anual de até R\$ 3.600.000
- Maior eficiência nos canais de atendimento da RFB com os contribuintes
- Outras

18 - Na sua opinião, qual o o sub-projeto do SPED é o mais complexo na questão de elaboração validação e envio? *

- SPED Contábil
- SPED Fiscal ICMS IPI
- SPED Contribuições
- SPED FCONT

19 - Sobre os benefícios que o SPED pode fornecer às empresas. *

Você considera que os benefícios abaixo foram realizados com o surgimento do SPED?

	Sim, significativamente	Sim, moderadamente	Sem efeitos	Piorou em relação a situação anterior
Redução do uso papel	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução de custos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maior agilidade nas rotinas de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>